

REVISTA FOCANDO O
20 ANOS DE FMSA

A **Revista Focando a Extensão**, publicação semestral editada pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual de Santa Cruz, tem por finalidade publicar artigos inéditos de extensão universitária nas áreas temáticas: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho.



Universidade Estadual de Santa Cruz

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

RUI COSTA - GOVERNADOR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO - REITORA

EVANDRO SENA FREIRE – VICE-REITOR

ALESSANDRO FERNANDES DE SANTANA – PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

COORDENAÇÃO EDITORIAL

RAIMUNDO BONFIM DOS SANTOS

Comissão Editorial

Alessandro Fernandes de Santana

Alvany Maria dos Santos Santiago

Ana Inês Sousa

Francisco José Carvalho Mazzeu

Gisele Quimelli

Guilhardes de Jesus Júnior

José Roberto dos Santos

Maridalva de Souza Penteado

Neurivaldo José Guzzi Filho

Flávia Alessandra de Souza

Samuel de Oliveira Mattos

Assistência Editorial:

José Wanderley Souza Oliveira

//

revistaextens@uesc.br

<http://periodicos.uesc.br/index.php/extensao>

ISSN 2236-5109

REVISTA FOCANDO A
e d e s a o

Volume 5 • Número 7
Julho - Dezembro 2017

Ilhéus, Bahia



2017

Direitos desta edição reservados à
PROEX - Pró-Reitoria de Extensão
Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Jorge Amado, km 16 - 45662-000 Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (73) 3680-5025 - Fax: (73) 3680-5225
<<http://www.uesc.br/proex>> e-mail: <proex@uesc.br>

PROJETO GRÁFICO E CAPA

George Pellegrini

DIAGRAMAÇÃO

Lária Farias Batista

REVISÃO

Gabriela Amorim de Santana

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista focando a extensão / Universidade Estadual de Santa
Cruz. -- Vol. 5, n. 7 (2017) -- Ilhéus, BA :
v. : il.

Semestral.
ISSN 2236-5109

Interrompida: 2013-2015.

1. Extensão universitária -- Periódicos. I. Universidade
Estadual de Santa Cruz.

CDD 378.155405

Editorial

A sociedade humana trilha e segue a sua trajetória de forma natural, marcada por avanços e descobertas nos diversos campos da ciência, de forma dinâmica e permanente. Os resultados das investigações somam-se ao acervo acumulado, configurando-se como o maior patrimônio da humanidade. O acervo científico, historicamente formado, é o mais valioso bem e se constitui em mecanismo que assegura a evolução e novas conquistas, como também, a própria permanência do ser humano no planeta.

É consensual, inclusive entre cientistas de matrizes ideológicas conflitantes (clássicos e marxistas), que o acervo existente de conhecimentos acumulados, tem o poder de potencializar a melhoria da qualidade de vida das populações, reduzir o sofrimento humano e acabar a miséria no mundo, se o saber for gerido e socializado democraticamente.

Entretanto, a posse do conhecimento e o saber sistematizado têm custo e conferem poder e riqueza, daí se distribuem nas mãos das sociedades mais ricas, as hegemônicas, donas dos principais centros de produção tecnológica do mundo. Tais sociedades se apresentam como as principais proprietárias das patentes, as donas das marcas famosas, as sedes das transnacionais. Como consequência, a posse do saber, do conhecimento, das tecnologias fica limitada a um grupo restrito, com gestão mediada por capital de dimensão elevada. A grande maioria das nações periféricas fica à margem do processo, atuando como consumidoras impossibilitadas de promover a socialização.

Por outro lado, também se reconhece que as bibliotecas dos Centros de Pesquisas, das Universidades e outras instituições abrigam, nas suas estantes e memórias de seus computadores, resultados de pesquisas, relatórios de investigações, relatos de experiências que poderiam ajudar, substancialmente, para erradicar a pobreza absoluta nos diversos quadrantes, mediante o incremento de tecnologias

na produção de alimentos. Acumulam produção científica capaz de contribuir para reduzir o sofrimento no campo da saúde humana, como também ampliar a produção de insumos e gerar bens e serviços de forma geral. Entretanto, os conhecimentos, as informações não são divulgadas, não são socializadas e acabam ficando de uso restrito; e a população que necessita desses recursos e precisa da informação e das ferramentas tecnológicas não tem acesso para colocá-las em prática. Portanto, cria-se um descompasso entre a produção do conhecimento e a sua função social: são obtidos resultados, mas esses não são socializados.

Assim, é nesse contexto que se insere um dos principais desafios da extensão universitária: contribuir para a socialização do conhecimento, o saber sistematizado e fazer a informação chegar aos carentes, os mais necessitados, de modo a favorecer meios para a transformação social. E é com este compromisso que foi produzida esta edição da Revista Focando a Extensão, a qual reúne cinco artigos, construídos com o propósito de democratizar a produção acadêmica no campo da extensão.

Os trabalhos apresentados nesta edição foram produzidos por professores e alunos da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC e de outros centros acadêmicos, contemplando as áreas temáticas no campo da educação, tecnologia e saúde. São relatos que registram experiências e ações desenvolvidas, materializados em resultados que demonstram esforços e contribuições, passivos de discussão e reaplicação.

Finalmente, a equipe editorial, externa agradece aos autores dos artigos, como também, aos pareceristas pela valiosa colaboração, cujo trabalho permitiu a construção desta revista.

Dr. Raimundo Bonfim dos Santos
Editor

Sumário

- 9 LER FAZ BEM À SAÚDE: LEITURA TERAPÊUTICA EM AMBIENTES HOSPITALARES
Gloria de Fátima Lima dos Santos, Isabel Priscilla dos Santos Guevara, Karina Cerqueira Soares, Tamires Costa Ribeiro, Winny Éveny Moura
- 19 ESPAÇOS PARTICIPATIVOS: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO CIDADÃ
Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo
- 31 UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO “ASSIM SENDO DECLARO VAGA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA”: 50 ANOS DEPOIS
José Carlos Gomes de Campos
- 39 NÚCLEO RONDON UESC FORMANDO UMA EQUIPE DE RONDONISTAS PARA A OPERAÇÃO RONDÔNIA CINQUENTENÁRIO DO PROJETO RONDON
Guilharden de Jesus Júnior, Amarildo José Morett, Dalila Teixeira Rodrigues, Railane Oliveira dos Santos
- 47 IDENTIFICAÇÃO DE RISCO DE LESÃO POR PRESSÃO EM INDIVÍDUOS HOSPITALIZADOS: UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA
Roseanne Montargil Rocha, Rayzza Santos Vasconcelos, Tércia Oliveira Coelho, Laís Souza Dos Santos Farias, Geovana Dos Santos Vianna

LER FAZ BEM À SAÚDE: LEITURA TERAPÊUTICA EM AMBIENTES HOSPITALARES

Glória de Fátima Lima dos Santos¹
Isabel Priscilla dos Santos Guevara²
Karina Cerqueira Soares³
Tamiles Costa Ribeiro⁴
Winny Éveny Moura⁵

RESUMO: O presente artigo expõe algumas reflexões acerca das ações de mediação de leitura em hospitais da cidade de Itabuna-Bahia, desenvolvidas por bolsistas do projeto de extensão Ler Faz Bem à Saúde, vinculado ao Programa Nacional de Incentivo a Leitura, Comitê PROLER/UESC. Discutem-se os efeitos da ação tanto nos pacientes como nos mediadores de leitura. O Projeto objetiva proporcionar eventos de práticas leitoras que incentivem o hábito da leitura como promotor do bem-estar físico e emocional dos pacientes em ambientes hospitalares. A metodologia orienta-se pelo fundamento filosófico de identificação do leitor/ouvinte partindo do pressuposto de toda experiência poética é catártica e que a liberação da emoção produz uma reação de alívio da tensão, o que tem valor terapêutico. Trata-se de uma ação interativa e operacional de atividades, de modo a promover a participação e socialização de experiências leitoras, através de contações de histórias, trocas de experiências de leitura, eventos de letramento. Discute também os ganhos da equipe que atua no projeto como uma ação reversível de humanização e crescimento pessoal. Ficam evidentes os benefícios que a linguagem narrativa proporciona aos pacientes e a seus acompanhantes, além de demonstrar a mediação como estratégia complementar no processo de humanização.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura; Mediação; Saúde; Humanização.

ABSTRACT: This article aims to present some reflections about the actions of reading mediation in hospitals in the city of Itabuna developed by scholars of the extension project To read do well to health, linked to the National Reading Incentive Program, PROLER / UESC Committee, discussing the effects Of action in both patients and reading mediators. The project aims to provide events of reading practices that encourage the habit of reading as a promoter of the physical

-
- 1 Coordenadora do Projeto Ler Faz Bem à Saúde. Professora do Departamento de Letras e Artes, da Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC.
 - 2 Voluntária do Projeto Ler Faz Bem à Saúde. Graduanda em Enfermagem, UESC.
 - 3 Voluntária do Projeto Ler Faz Bem à Saúde. Graduanda em Enfermagem, UESC.
 - 4 Voluntária do Projeto Ler Faz Bem à Saúde. Graduanda em Enfermagem, UESC.
 - 5 Ex- bolsista do Projeto Ler Faz Bem à Saúde. Graduanda em Enfermagem, UESC.

and emotional well-being of patients in hospital settings. The methodology is based on the philosophical basis of reader / listener identification based on the assumption that all poetic experience is cathartic and that the release of emotion produces a tension-relieving reaction with therapeutic value. It is an interactive and operational action of activities in order to promote the participation and socialization of reading experiences, through storytelling, exchanges of reading experiences, literacy events. It also discusses the gains of the team that acts in the project as a reversible action of humanization and personal growth. The benefits that narrative language provides to patients and their companions are evident, as well as to demonstrate mediation as a complementary strategy in the process of humanization.

Keywords: Keywords: Reading; Mediation; [Health](#); Humanization.

INTRODUÇÃO

A leitura é um instrumento essencial para o exercício da cidadania e práticas cotidianas do sujeito ativo. Nesta perspectiva, o PROLER/UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz - tem como objetivos a formação de mediadores de leitura, a articulação de ações leitoras e a promoção de atuações estratégicas de valorização da prática de leitura, que são realizados através de projetos desenvolvidos pelo Programa - com atuações em ONGs, escolas, praças e hospitais.

O projeto Ler Faz Bem à Saúde é um dos projetos do PROLER/UESC que visa atender pacientes, acompanhantes e funcionários de hospitais de Itabuna- BA, promovendo práticas leitoras e contação de histórias. A atuação do Projeto iniciou-se no Centro de Hemodiálise do Hospital Calixto Midlej Filho e, ao apresentar resultados significativos, expandiu sua atuação para os setores da Pediatria e Oncolo-

gia do Hospital Manoel Novaes, também em Itabuna. O Ler Faz Bem à Saúde tem por finalidade promover o bem-estar físico e emocional dos pacientes através de encontros lúdicos com o mundo fantástico da literatura.

A leitura com finalidade terapêutica não é atividade tão recente, pois há tempos já se via a leitura como caminho para o bem estar físico e mental. Os gregos consideravam que as bibliotecas eram como repositórios farmacêuticos para a alma e os romanos afirmavam que as orações deveriam ser lidas para os doentes para que, por meio delas, os mesmos obtivessem tranquilidade e recobrassem gradativamente o vigor mental (ALVES,1982). É consenso que as práticas leitoras no ambiente hospitalar não são apenas atividades de entretenimento ou distração. Os benefícios proporcionados pela leitura ao processo de recuperação da saúde dos pacientes podem ser percebidos nos momentos de motivação, interação e trocas de experiências de leitura, que despertam a esperança, provocam risos, emoções e ativam o intelecto. Esses efeitos são significativos quanto à promoção de bem-estar emocional, físico e da expansão do universo cultural dos pacientes hospitalizados. Segundo Louis Gottschalk (apud SHRODES, 1949), tais atividades podem auxiliar o paciente a entender melhor suas reações psicológicas e físicas de frustração e conflito; a conversar sobre seus problemas o que diminui o conflito pelo aumento da autoestima ao perceber que seu problema já foi vivido por outros. Essas atividades também prestam auxílio ao paciente na análise do seu comportamento; reforça padrões culturais e sociais aceitáveis e estimula a imaginação.

“Quando se é privado de palavras para pensar sobre si mesmo, para expressar sua angústia, sua raiva, suas esperanças, só resta o corpo para falar: seja o corpo que grita com todos os sintomas, seja o enfrentamento vio-

lento de um corpo com outro, a passagem para o ato.” (PETIT, 2008, p.71)

Dessa forma, essa relação com o livro – a leitura – permite ao homem compreender o texto e se compreender. O leitor, ao interpretar, passa a fazer parte do texto interpretado. A interpretação é a junção da explicação objetiva do texto e da sua compreensão subjetiva. A interpretação descobre outro mundo, o mundo do texto, com "as variações imaginativas que a literatura opera sobre o real" (OUAKNIN, 1996, p. 200).

Através da leitura pode-se exercitar a inteligência, compreender o mundo ao redor de si, e principalmente, conhecer e construir um novo mundo. A leitura é uma habilidade fundamental para o desenvolvimento do ser humano. É uma capacidade importante que possibilita o enriquecimento do vocabulário, a aquisição de informações, o desenvolvimento da criatividade, da criticidade e aguça a imaginação. Ler pode ser um momento de prazer e aprendizado, pode fazer do ser humano um leitor em contato constante com o livro.

... Se o papel da leitura na construção de si mesmo é particularmente sensível na adolescência e na juventude, pode ser igualmente importante em todos os momentos da vida em que devemos nos reconstruir: quando somos atingidos por uma perda, uma angústia seja por um luto, uma doença... (PETIT, 2008:78)

Desse modo, reconhecer a importância da leitura e sua prática como ferramenta fundamental para a formação humana, deve ser uma ação constante da sociedade. O incentivo a leitura pode acontecer em qualquer ambiente de modo prazeroso e adequado, basta um livro e o desejo do leitor. Ler é um ato que faz bem, que promove melhorias à vida das pessoas. Os benefícios emocionais e físicos que a leitura traz a vida são comprovados por vários estudos

realizados em diversas áreas de conhecimento. O incentivo a leitura em ambientes hospitalares são significativos e beneficia tanto o físico como o emocional dos pacientes, além de promover socializações de experiências leitoras.

“precisamos oferecer facilidades especiais, como apoiar e multiplicar os projetos que se baseiem no deslocamento de materiais de leitura para pontos estratégicos, que vão do metrô e dos ônibus (nas regiões metropolitanas, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, 7% dos entrevistados leem no trânsito) a praças, jardins, *hospitais*, prisões, centros esportivos, empresas, residências particulares.” CUNHA, In: AMORIM (2008) (grifo nosso).

METODOLOGIA

Para incentivar a prática da leitura em ambientes hospitalares e, por conseguinte, contribuir para a recuperação dos pacientes, ampliar conhecimentos e promover o gosto pela leitura, a metodologia do projeto de extensão Ler Faz Bem à Saúde baseia-se na interatividade, através de contação de histórias, leitura em voz alta, leitura nos leitos e pequenas encenações. São trabalhados gêneros literários diversos: crônicas, contos, poesias, histórias, fábulas e outros gêneros textuais de modo que proporcione aos pacientes efeitos positivos no processo de recuperação.

As ações são planejadas em reuniões semanais, espaço de construção coletiva, de vivenciar os textos, interpretá-los e senti-los pessoalmente. Nesse espaço/tempo leituras de textos teóricos fundamentam a ação e auxilia os mediadores de leitura nas escolhas metodológicas para a realização das atividades, que consideram as diferentes faixas etárias e o perfil dos pacientes das alas hospitalares (Hemodiálise, Pediatria- SUS e convênios). A execução do plano se dá em visitas semanais aos hospitais assistindo, além dos pacientes,

aos acompanhantes, familiares e funcionários dos hospitais. São utilizados durante a prática das atividades fantoches, livros, fantasias, visualizações, bem como outros materiais selecionados e disponíveis no acervo do PROLER/UESC, que servem de suporte no desenvolvimento das ações de mediação e ajudam os pacientes a mergulharem no universo literário, ativando sua imaginação e transportando-os para lugares além do ambiente hospitalar.

O hospital é um dos lugares onde a leitura pode e deve ser praticada, tornando-se um ambiente de vivências prazerosas e momentos de conhecimento e prazer em contato com a linguagem narrativa. Nesse sentido, a contação de histórias, a leitura nos leitos, dentre outras atividades, são práticas que permitem ações complementares ao processo de humanização e das ações educativas. Assim, a mediação de leitura favorece a troca de experiências e vivências, a aquisição de novos conhecimentos, aproxima os pacientes que não podem se locomover para outros espaços, oportuniza vivenciar momentos lúdicos e ter contato com o universo literário-imaginário. Trata-se de práticas leitoras, em que se utilizam textos verbais e não verbais para atuarem como coadjuvantes no processo de tratamento de pessoas acometidas por enfermidades originadas de patologias diversas. Ou ainda vitimadas por perdas provocadas por morte ou separação, violências, vícios, entre outras que sejam apresentados pelos indivíduos em qualquer fase da sua vida.

As sessões de leiturização se orientam por etapas que consideram a participação/interesse do interactante como essencial. São elas: aproximação com música e/ou performance de contação; convite à leitura; leitura coletiva; leitura individualizada nos leitos, a partir do interesse dos pacientes; disponibilização do acervo para conhecimento e escolha com guia de leitura, podendo também efetuar empréstimos de livros ou periódicos. Após os momentos de mediação, alguns livros são passados em cada

leito para escolha individual. São disponibilizados livros de diferentes gêneros para que os pacientes realizem suas escolhas e optem pelo livro que mais lhes proporcione prazer em lê-lo. O empréstimo de livros é realizado com a intenção de possibilitar aos pacientes desfrutar da leitura, continuar a praticar a leitura no conforto familiar, e até repassar para as pessoas próximas os conhecimentos e experiências adquiridas com a leitura de um bom livro.

É notória a preferência que o público do Centro de Hemodiálise tem em relação a textos que remetem a temas culturais. Parlandas, contos populares, literatura de cordel, dentre outros, são alguns exemplos de textos trabalhados pelos atuantes do projeto e que são apreciados pelos pacientes em processo de diálise. De certa forma, os textos culturais os fazem lembrar antigas histórias que lhes eram contadas por pais, avós, amigos e vizinhos. As palavras não são neutras. A linguagem metafórica conduz o homem para além de si mesmo; ele se torna livre no pensamento e na ação. A linguagem é movimento, é diálogo. O pluralismo interpretativo dos comentários aos textos deixa claro que cada um pode manifestar sua verdade e ter sua visão do mundo. Entre os parceiros do diálogo, o texto funciona como objeto intermediário.

PEDIATRIA

No ato da leitura de um livro, uma criança pode se transportar e ser transportada para um mundo repleto de personagens e fantasias. Seu inconsciente é liberado para um mundo além da realidade e de entrega à imaginação, o que pode provocar sentimentos positivos e terapêuticos. “A forma que se lê um livro para alguém, dá a este a chance de poder ‘viajar sem sair do lugar’, uma viagem imagética e lúdica em que o ouvinte ou leitor embarca” (SILVA, 2012, p.2). Com a intenção de estimular o exercício da leitura e, conseqüentemente, pro-

mover o bem-estar dos pacientes, o projeto Ler Faz Bem à Saúde promove eventos de práticas leitoras que proporcionam as crianças hospitalizadas uma imersão em novas sensações e mundos.

As crianças em condição de internamento sentem-se impossibilitadas de realizar atividades e brincadeiras habituais – ir à escola, brincar, correr, por exemplo. Porém essas crianças não estão proibidas de “viajar” pelo mundo imaginário das histórias. O hospital não é um lugar de distração, mas poder ser um ambiente em que crianças sejam atraídas pela leitura de um livro e pelo conhecimento que ele pode proporcionar. Através de instrumentos auxiliares como fantoches, livros, visualizações, são realizadas sessões de leitura com contação de histórias, pequenas encenações, leitura em voz alta, leitura nos leitos, dentre outras atividades. A leitura mediada nos leitos para as crianças hospitalizadas é uma viagem de liberdade, onde a criança pode questionar quando quiser, tendo autonomia para parar a leitura, para interrogar e ou interagir.

A leitura em voz alta também é um meio de mediar a leitura para crianças hospitalizadas. É uma das vias reais de acesso para despertar o desejo de ler, desde que a criança sinta que o mediador deseja compartilhar com ela alguma coisa de que goste. Assim, a leitura em voz alta é um momento de interação, saber e compartilhamento da leitura. O mediador, portanto, deve possibilitar o diálogo, seguir e ter interesse pelo que é importante para a criança. Deve haver uma atenção conjunta, em que o ouvinte se atenta para a leitura do livro, e de modo correspondente, o leitor siga na mesma direção de interesse da criança.

O ato de contar histórias é um dos meios mais interessantes de compartilhar a leitura com essas crianças. Algumas crianças que estão hospitalizadas, muitas vezes não sentem vontade de praticar o ato de ler. Contar histórias, realizar pequenas encenações é um modo de provocar o interesse da criança pela leitura, é uma for-

ma eficiente de estimular sua curiosidade. Daí a importância do uso da contação como forma lúdica de mediação da leitura para os pacientes.

Independente de quem atue como mediador da leitura – seja o professor, a família, um amigo – é importante dizer que a mediação pelo ato de contar história pode fazer do ouvinte um leitor. Pode provocar o interesse, a paixão pelos livros.

Percebe-se a importância da contação de história como uma prática de mediação de leitura e, tal mediação pode ser um caminho, um transporte, um guia rumo ao contato com o livro, com o conhecimento e com o despertar de um leitor.

HEMODIÁLISE

A atuação do Projeto Ler Faz Bem à Saúde, no Centro de Hemodiálise do Hospital Calixto Midlej Filho, da Santa Casa de Misericórdia, da cidade de Itabuna-BA, atende, em média, a cinquenta pacientes, em visitas que acontecem semanalmente. Esses pacientes, em sua maioria, realizam sessões de diálise duas vezes por semana com duração de quatro horas cada. Estas sessões, procedimento incômodo e demorado, provocam sensações desconfortáveis aos pacientes que, por muitas vezes, se sentem cansados e sem possibilidade de realizar alguma atividade durante esse tempo. Muitos desses pacientes são adultos e idosos de diferentes idades, situações, cidades e contextos sociais. No entanto, percebe-se a significativa interação que há entre eles e os mediadores. Essa interação é de suma importância para que o processo de incentivo a leitura traga resultados significativos. Os momentos de conversas e trocas de experiências leitoras, proporcionam maior aproximação entre os atuantes do projeto, pacientes e familiares.

Alguns depoimentos dos pacientes são reveladores: “... A gente fica aqui só pensando em morte e doença. Quando vocês chegam a

gente se enche de esperança, nem sente o tempo passar.”; “ Depois que ouvi as histórias passei a gostar de ler outras coisas.”; “ Tem umas histórias que eu não esqueço. Sempre lembro e penso nelas...”. Por causa destes e de outros depoimentos de pacientes, familiares, enfermeiros, técnicos de enfermagem e assistente social do hospital, a equipe sente-se motivada a atuar sempre buscando aprofundar seu conhecimento teórico-metodológico e seu envolvimento pessoal e emocional com o outro, num sentido de humanizar as condições de vida dos pacientes em tratamento.

MEDIAÇÃO: EFEITOS NO MEDIADOR

Conforme já exposto, a missão do projeto de extensão Ler Faz Bem à Saúde é proporcionar eventos de práticas leitoras, visando incentivar o hábito da leitura como promotora de bem estar físico e emocional aos pacientes que passam por processo de tratamento. E para isso, são realizadas algumas ações de mediação de leitura nesses espaços hospitalares. Muitas são as formas e meios utilizados para promover o incentivo à leitura. A mediação de leitura compreende em facilitar a aproximação do leitor com o texto, e esta é a atividade primaz do mediador, para isso esmera-se no planejamento e na preparação dos recursos para uma intervenção eficaz e produtora.

Ao dar início aos encontros semanais com os pacientes do Centro de Hemodiálise, os mediadores da leitura realizam a socialização entre pacientes, mediadores e funcionários do hospital. São momentos de conversa e aproximação, nos quais o mediador apresenta o mundo literário aos pacientes. Essas experiências de aproximação agregam muito aos mediadores, alunos da graduação em Enfermagem e Pedagogia, bolsistas PROBEX – Programa de bolsas de extensão da UESC e voluntários que atuam no Projeto. O projeto toma como base a necessidade de se formar novos agentes de

leitura e introduzir a prática de leitura de forma lúdica para além dos espaços educacionais, fortalecendo as iniciativas de humanização que já existem na área da saúde, fazendo do livro uma ferramenta para se criar um ambiente acolhedor.

Nas intervenções realizadas os mediadores são motivados ao saberem que transmitem conforto e motivação para superação através da leitura, a qual, além de efeito terapêutico, fortalece os vínculos entre o mediador e o ouvinte, como a parte integradora do cuidado humanístico. O “Tornar-se humano”, cunhado por Rosemarie Parse (APUD McEWEN & WILLS: 2006), é a capacidade que o ser humano tem de dar sentidos a suas vivências, tornando-se capaz de poder escolher e dar significados em múltiplas dimensões, em formas rítmicas próprias de maneira que correlacione valores pessoais no enfrentamento de situações estressantes. Isso permite exteriorizar emoções à medida que gera a catarse, como define Aristóteles (1993). Nessa situação o ser humano se permite a purificação de maus sentimentos e sensações que refletem uma situação traumática como afirma Ramon (2011:27). E ainda:

“Em cada situação o ser humano encontra-se capacitado para mover-se em uma direção e limitado para outra. Ao mover-se em direção a uma escolha, separa-se da outra possibilidade. Isto resulta em integração ao pensamento, torna-o mais complexo e o direciona a buscar novas opções” desvinculando de experiências dolorosas para a esperança. (SOUZA: 2000, p. 244)

Dessa maneira, o homem desenvolve a resiliência, no sentido definido por Callista Roy (APUD GEORGE:2000) quando discorre ser esta a capacidade de adaptação e superação, a junção de sistemas que enfrentam mecanismos estressores. Assim a leitura entra como coadjuvante na retroalimentação de mecanismos de enfrentamento permitindo respostas positivas

e resultando em efeito terapêutico. Nesse sentido, através da mediação da leitura promove-se a identificação de concepções pessoais com os textos lidos, criando vínculos terapêuticos que permitem a adaptação e a superação, visto que permite que a pessoa encontre seu papel e a sua conexão no universo. Por isso, desde o momento de planejamento das intervenções e da escolha dos textos consideram-se os elementos que motivem a reflexão e o prazeroso momento de imaginação em encontros com substratos novos e geradores de expectativas. Afim de que cada um correlacione de maneira subjetiva aquilo com que se identifica, fazendo escolhas e ressignificando suas experiências. Transcender é o que nos motiva; é buscar possibilidades de transformação que permita outras maneiras de ver a vida, em seus múltiplos viés. Fato comprovado nas intervenções, quando uma paciente afirmou “venham porque a gente deixa de pensar em coisas tristes e concentra em ouvir vocês”, resultando em grande satisfação para o mediador em poder intermediar no processo terapêutico, valorizando suas experiências em fazer bem ao outro.

Desse modo, é possível observar que a leitura consiste em uma via de mão dupla na qual o leitor e o ouvinte sofrem interferências terapêuticas simultâneas. Ainda é possível ressaltar que quando se é dado ao ouvinte a oportunidade de participar ativamente do momento, ou seja, deixar de ser apenas ouvinte e passar a compartilhar suas percepções acerca da leitura, percebe-se maior significância para leitores e ouvintes, pois assim é possível que exista uma troca de informações e sentidos resultantes do processo de entendimento. Essa construção de sentidos possui múltiplas possibilidades e características diversas, isto porque cada um interpreta e compartilha da leitura o que se relaciona com a sua subjetividade e sua experiência vivida.

Nesse sentido, é notória a mudança na expressão facial, risadas, desabafo e o quanto demonstram fazer questão dos momentos de leitura e partilha. O que resulta em uma ativi-

dade ainda mais prazerosa para os mediadores por saber da importância e influência que têm na vida do outro em momentos tão singulares. Este momento constitui-se de humanos cuidando de humanos, trocas simbólicas e agregadoras e nada pode substituir essa relação de troca, pois o que é essencialmente humano não se substitui.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Em função do exposto, pode-se observar que a biblioterapia cumpre o papel de auxílio no processo de cura por meio da integração entre corpo e mente, através do estímulo do intelecto e principalmente do emocional. Pois por meio dela consegue-se diminuir a ansiedade, o medo do desconhecido tornando o ambiente hospitalar menos agressivo e traumático, fazendo que tenham boas expectativas e aguardem ansiosos os dias de sessão de leitura.

Objetivando impactos positivos no estado psíquico do indivíduo receptor, a biblioterapia atua influenciando, diretamente ou indiretamente, todas as dimensões do ser humano, o que a torna, portanto, uma atividade holística e interdisciplinar, a qual vem sendo executada por profissionais e estudantes de diversas áreas científicas.

Ao longo dos meses de desenvolvimento das atividades, o mediador tem oportunidade de presenciar inúmeros sentimentos ao contar histórias para os pacientes da Hemodiálise e da pediatria, dentre os quais, destaca-se a esperança. A cada semana, a equipe conta as histórias selecionadas para os pacientes, e se depara com pessoas que antes de ser um paciente que necessita de uma assistência prestada por um corpo médico, são pessoas que vivem a experiência de uma enfermidade que lhes tira o brilho dos olhos, a esperança na vida, a vontade de sorrir. Tais pessoas, muitas vezes, desacreditam na beleza da vida e vivem necessitados de um cuidado integral, que atenda não só as necessidades

impostas pelo corpo físico, mas um cuidado voltado ao intelecto e psicológico. Com base nesse fundamento, a equipe adentra naqueles ambientes, com a missão de oferecer cuidado interpessoal, por meio da realização de atividades interativas, proporcionando a socialização, ajudando-os a superar através da leitura e trocas de experiências, os medos, as angústias, as incertezas, devolvendo a esperança, o sorriso que havia se perdido e construindo um vínculo, a amizade.

Apesar do ambiente hospitalar ser um local frio, impessoal, tem-se a oportunidade de levar aos pacientes um pouco de calor humano, expressos na relação interpessoal e através da leitura e da interpretação de textos literários. Dando e recebendo afeto, planta-se ali semanalmente a semente das práticas leitoras, esperando como resultado uma maior aproximação desse público com a leitura e seu bem estar físico e emocional. A partir das atividades desenvolvidas nos ambientes hospitalares, constata-se que as práticas leitoras têm permitido aos pacientes uma fuga da realidade da dor e do ócio, para a vivência em outras realidades ficcionais que promovem alívio, esperança e novos sentidos para sua leitura de mundo, auxiliando assim no processo de recuperação da saúde. Seus efeitos contra a ociosidade, o sofrimento psíquico e fatores estressantes são eficazes e também auxiliam no tratamento ou na promoção da saúde do ser humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assevera-se que o hábito de ler contribui com a melhoria da saúde do ser humano, estimula a atividade cerebral, a memória, o relaxamento através da lentificação das ondas cerebrais, além de contribuir com o lazer ao conhecer e expandir os horizontes. Tal hábito é fundamental para manter uma mente saudável e ativa, alcançando maior longevidade e qualidade de vida. Assim como o corpo humano

alcança, através da prática de exercício físico, o aumento da autoestima, o ânimo e a felicidade, assim também é a prática regular desse exercício mental, contribui para a redução do estresse, uma vez que existe uma relação de interdependência entre a mente e o corpo.

Percebe-se que as práticas leitoras no ambiente hospitalar não se inserem apenas como atividades de recreação ou passatempo. Os efeitos positivos da leitura agregam valor ao processo de recuperação da saúde dos pacientes. Despertar-lhes a esperança, provocar seus risos, tocar-lhes o intelecto, a emoção e ativar seu cérebro são estratégias significativas e incontestáveis na promoção do bem-estar emocional e físico, além de ampliar o universo cultural. Porquanto:

“Não importa o meio onde vivemos e a cultura que nos viu nascer, precisamos de mediações, de representações, de figurações simbólicas para sair do caos, seja ele exterior ou interior. O que está em nós precisa primeiro procurar uma expressão exterior, e por vias indiretas, para que possamos nos instalar em nós mesmos” (PETIT: 2009, p. 115).

O Projeto Ler Faz Bem à Saúde cumpre assim seu objetivo de promover em ambientes hospitalares um espaço/tempo para práticas leitoras, despertando por onde a equipe atua o gosto pela leitura e pela interação com o texto. As ações desenvolvidas contribuem para melhorar o emocional e, por conseguinte, a saúde dos pacientes, permitindo a descoberta de novos mundos, numa viagem cheia de alegria e encantamento, e isso sem sair do lugar. Os mediadores, por sua vez, ampliam seus conhecimentos e valores, uma vez que a ação inclui o conhecimento estruturado, a seleção minuciosa de textos, planejamento e sistematização de ações, mas também inclui os processos de comunicação, estabelecimento de vínculos e relação direta com o ser humano, lidando tam-

bém com sua subjetividade. Sendo assim, os momentos de encontro tornam-se momentos de diversão garantida e de trocas simbólicas, na ala da pediátrica do Hospital Manoel Novaes e no Centro de Diálise e Transplante Renal da Santa Casa de Misericórdia de Itabuna, Bahia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Hess. A aplicação da Biblioterapia no processo de reintegração social. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 15, p. 54-62. Bibliotecários. *Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, 1982.

AMORIM, Galeno (Org.) **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo : Imprensa Oficial : Instituto Pró-livro, 2008. 232

ARISTÓTELES. **Poética**. 2. ed. São Paulo: ArsPoetica, 1993.

CALDIN, C. F. A leitura como função terapêutica: biblioterapia. *Encontros* de n. 12, dez. 2001. Disponível em: <http://www.encontros-bibli.ufsc.br/edicao_12/caldin.pdf>. Acesso em: 15/03/2017.

CUNHA, Maria Antonieta, Acesso à leitura no Brasil. In: AMORIM, Galeno (Org.) **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo : Imprensa Oficial : Instituto Pró-livro, 2008. 232.

GEORGE, Julia B. **Teorias de Enfermagem** - Os fundamentos à prática profissional. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

McEWEN, M.; WILLS, E. M. **Bases teóricas de enfermagem**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

OUAKNIN, Marc-Alain. **Biblioterapia**. Tradução de Nicolás Niymi Campanário. São Paulo: Loyola, 1996.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura**: uma nova perspectiva. São Paulo: Ed. 34, 2008

_____. **A arte de ler ou como resistir à adversidade**. São Paulo: Editora 34, 2009.

RAMON, Ely; **Leitura & Terapia: Biblioterapia para os enfermos do Hospital de Clínicas.** Porto Alegre, 2011. Monografia (grau de Bacharel em Biblioteconomia). Departamento de Ciências da Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SHRODES, Caroline. **Bibliotherapy: a theoretical and clinical-experimental study.** 1949. 344 f. Dissertation (Doctor of Philosophy in Education) – University of California, Berkeley.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. In: FAILLA, Zoara. (Org.) **Retratos da leitura no Brasil 3.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2012.

SOUZA, S.N.D.H. et al. Aplicação da Teoria de Parse no relacionamento enfermeiro-indivíduo. *Rev. Esc. Enf. USP*, v.34, n.3, p. 244-51, set. 2000.

ESPAÇOS PARTICIPATIVOS: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO CIDADÃ

Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo¹

RESUMO: O artigo discute a importância dos espaços participativos para o fortalecimento da integração social e da cidadania no Brasil. A participação social, fundada na soberania popular, é base referencial na Carta Constitucional de 1988, e sua instrumentalização, seja em âmbito institucional ou comunitário, possibilita a expressão dos interesses, valores e demandas sociais, além disso, sinaliza os desafios comunitários a serem enfrentados a fim de se concretizar os direitos sociais garantidos na Carta Constitucional. A metodologia do presente trabalho baseia-se em uma pesquisa bibliográfica, a partir de registros documentais e institucionais disponíveis em fontes impressas e digitais. O trabalho tem como objetivo refletir sobre os espaços participativos com a finalidade de contribuir para a formação de cidadania. Apresenta um relato de experiência, resultante de uma ação extensionista integrada a políticas públicas, visando à formação cidadã, executado pela Ong Gerando Vida, em parceria com o curso de psicologia da Universidade UNISUAM, na cidade do Rio de Janeiro, no período entre 2008 e 2016.

PALAVRAS – CHAVE: Participação social. Cidadania. Políticas públicas. Normas Sociais. Direitos Humanos.

PARTICIPATORY SPACES: AN EXPERIENCE OF CITIZEN TRAINING

ABSTRACT : The article discusses the importance of participatory spaces for the strengthening of social integration and citizenship. Social participation based on popular sovereignty is the founding basis of the 1988 Constitutional Charter and its instrumentalization, whether in an institutional or community context, may help to confront social norms that violate rights, in the construction of community values based on human rights and local development . The methodology of the present work is based on a bibliographical research, from documentary, legislative and institutional records available in printed and digital sources. It presents as objective an experience report resulting from an extensionist action

¹ Fundadora da Organização Não-Governamental Projeto Gerando Vida. Mestranda em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia. Especialista em Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos pela Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/FIOCRUZ. Formada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ. E-mail: dannymedeiro@hotmail.com.

integrated to public policies that aims at the citizen training carried out by Ong Gerando Vida in partnership with the psychology course of UNISUAM University.

KEY WORDS : Social participation. Citizenship. Public policy. Social Norms. Human rights.

1. INTRODUÇÃO:

A soberania popular tem importância fundante para a construção do Estado Democrático de Direito, e encontra-se prevista na Carta Constitucional de 1988 em seu art. 1º, § único, in verbis: “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente [...]”. Refletir e analisar sobre experiências que busquem o aprofundamento da participação social no Brasil, torna-se um dos caminhos para se equacionar a problemática da efetividade dos direitos sociais, garantidos no art. 6º da Constituição Federal (CF) de 1988, a saber: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

A concretização destes direitos é realizada pelo Estado através de políticas públicas, e o que se pretende estudar é como a participação social, peça-chave para o reconhecimento das demandas, interesses, e valores sociais de um território, poderia auxiliar na identificação e compreensão de normas sociais fundamentadas em uma estrutura social desigual. Tais normas informais, se vinculadas à violência e exploração, poderiam ser superadas em um universo participativo de trocas de saberes e a partir de um trabalho intersetorial no campo das políticas públicas no enfrentamento de normas sociais violadoras de direitos, na construção de saberes comunitários pautados em direitos humanitários e no desenvolvimento local. Além disso, busca-se valorizar também

o potencial transformador dos espaços participativos em que se atua para além dos espaços institucionais, como instrumentos importantes no processo de transformação da sociedade e de diminuição das desigualdades para o alcance de uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º da CF).

O artigo tem como objetivos suscitar reflexão sobre como é possível se fomentar a construção de espaços participativos com a finalidade de contribuir para a formação cidadã, na construção de saberes comunitários pautados nos direitos humanos e no desenvolvimento local. E como estes espaços podem auxiliar na identificação e compreensão de normas sociais fundamentadas na desigualdade social, que, em alguns casos, podem estar vinculadas à violência e exploração. Busca-se apresentar experiências em que os espaços participativos, como fruto do princípio da soberania popular, se apresentam como uma prática de fortalecimento da integração social e do seu potencial transformador da realidade social marginalizada. O trabalho apresenta os resultados de um relato de experiência de ação extensionista realizada pela organização não-governamental Ong Gerando Vida, em parceria com a Universidade UNISUAM e diferentes setores da sociedade, nos bairros Praça da Bandeira, na cidade do Rio de Janeiro – RJ e Alecrim II, na cidade de Eunápolis- BA, no período entre 2008 e 2016.

A metodologia do presente trabalho baseia-se em uma pesquisa bibliográfica realizada a partir dos registros disponíveis em fontes impressas e digitais sobre a temática, normas legislativas, além de registros institucionais de programas e projetos desenvolvidos pela organização estudada.

2. PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM QUESTÃO

2.1 Para além da dicotomia participação social institucional e não-institucional

Para Avritzer (2016, p.31) a participação social tem sido uma das estrelas da democratização brasileira. O primeiro componente responsável por seu avanço foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, com as legislações infraconstitucionais que lhe seguiram. A Constituição Federal de 1988 configura-se como um marco democrático virando as páginas de um regime ditatorial instaurado desde 1964. No Brasil, entre 2003 e 2010, foram ampliados os espaços de participação social, como as conferências e os conselhos de políticas públicas, “ampliando os espaços possíveis de diálogo com a sociedade no âmbito da formulação e monitoramento das políticas públicas².”

A participação social como método de governo significa o estabelecimento de uma governança e gestão democrática nas políticas e das instituições públicas, calcado na transparência, *accountability*, prestação de contas, controle cidadão/democrático e co-gestão³. Segundo Evans (2012, p.13), “o problema é que a retórica dos tomadores de decisão (gestores/agentes públicos) geralmente enfatiza a importância da participação cidadã quando na prática eles querem dizer “consulta” entre os agentes públicos e os cidadãos (...)”. Romper o engessamento da máquina estatal e transformar os discursos em ações direcionadas é aquilo que os cidadãos esperam dos espaços participativos.

Neste sentido, o importante é que se consiga efetivamente alcançar a pluralidade social e que o Estado se abra para as demandas so-

ciais, através de uma escuta ativa. “Entretanto, a “escuta” é apenas um primeiro passo em uma estratégia de participação social que tem como objetivo o compartilhamento do poder, a partir de uma ideia ampliada de democracia⁴.” No que se refere à noção de participação, Dagnino (2006, p.151) assevera que a noção é utilizada pelo projeto neoliberal no sentido de participação solidária em uma perspectiva individualista e privatista, substituindo o significado coletivo da participação social, ocasionando, assim, a despolitização da mesma. O sentido seria reduzido à mera gestão, a espaços de execução e não de decisão na formulação das políticas públicas e não haveria assim uma partilha efetiva do poder.

Além disso, a verticalidade das tradicionais práticas de planejamento e gestão precisam ser problematizadas enquanto método de governo, em que o poder de decisão está nas mãos de especialistas e técnicos, e muitas vezes um abismo é criado entre formulação e concretização das políticas públicas. Segundo Gianella (2007, p.4),

A mobilização, a escuta e composição dos distintos interesses foram sem dúvida o primeiro passo na jornada que nos leva a reconhecer que a “simples” consideração de argumentos técnicos como base para a tomada de decisões, ainda que necessária, não pode ser suficiente. Começa a evidenciar-se que a racionalidade técnica, por mais que seja uma das componentes fundamentais em qualquer decisão, não pode pretender ser a única a ser considerada. O mapa dos interesses existentes em torno de cada assunto e de cada escolha de relevância pública condiciona, normalmente de forma implícita, a própria seleção dos assuntos técnicos que justificam decisões e cursos de ação, os quais, são sempre alternativos a outros possíveis.

2 Relatório Participação Social na Administração Pública Federal: desafios e perspectivas para a criação de uma política nacional de participação. IPEA. Diálogos Setoriais União Europeia - Brasil. p.15.

3 Ibid. p.16.

4 Ibid. p.15.

Não é apenas a representação da sociedade em espaços participativos abertos no governo que garante a inclusão social, a verdadeira escuta da diversidade cultural que existe no país depende que as principais demandas, os desafios, as peculiaridades, os valores e os saberes de cada comunidade sejam ouvidos e transformados em respostas satisfatórias através das políticas públicas. De acordo com Gianella (2007, p.4):

Desde a hora em que a avaliação dos poucos e insatisfatórios resultados de muitas políticas públicas construídas “de cima para baixo” começou a chamar a atenção dos analistas e levou a considerar a construção participativa das intervenções como uma resposta relevante, assistimos ao constante ampliar-se da gama dos “materiais” que a própria abordagem participativa leva a considerar admissíveis e legítimos para serem trazidos à tona nos processos.

Apesar dos avanços, cabe ressaltar que nem sempre parte da população consegue alcançar os espaços de participação institucionalizados, seja pela desinformação ou mesmo por não se dominar os códigos lógico-verbais que orientam tais encontros. Para Tatagiba (2014, p.58-59), a periferia quer o direito de ter voz, mas sua fala ainda significa um fragmento de discurso. A questão encontra-se em como ampliar os espaços de discurso e se dar real direito de voz aos cidadãos. Segundo Gianella (2017)⁵, precisamos romper com a dicotomia entre participação em espaços institucionais e não-institucionais, e assim, talvez possamos começar a falar em rios de discursos, pressupondo não a hegemonia de uma voz, e sim a coexistência de diferentes falas.

5 O termo “rios de discurso” foi utilizado pela pesquisadora no Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade realizado no dia 12 de maio de 2017, na Universidade Federal do Sul da Bahia.

Para além da dicotomia entre espaços participativos institucionais e não-institucionais, o que se deve evidenciar é o potencial transformador que pode advir dos diferentes discursos, trajetórias e experiências individuais e coletivas no processo participativo. Habermas (1994, p. 208-9), em lugar de localizar a soberania popular⁶ no povo, o autor prefere difundi-la por meio do intercâmbio entre as redes informais de comunicação da esfera pública e as instituições formais do Estado de Direito, com o objetivo de produzir uma figura política anônima ou carente de sujeito, possibilitando espaços de trocas, que abrem diferentes oportunidades de comunicação. Desta forma, incentivar e propiciar a criação de espaços de trocas informais seria uma estratégia para o intercâmbio entre saberes⁷ e conhecimentos com objetivo de melhorar a qualidade de vida da população que impulsionem mudanças sociais concretas. De acordo com Gianella (2007, p.1), precisamos reconhecer que em um mundo de desigualdade extrema, a multiplicação dos códigos de comunicação adotados para construirmos processos de ampliação da cidadania seria um grande desafio e também uma chance para que se alcance o objetivo da inclusão.

A valorização da diversidade dos recursos comunitários potencializa a construção do conhecimento coletivo no processo de formação e a conseqüente multiplicação das informações no território. Todos, sem exceção, são importantes no fortalecimento do capital social⁸ da sociedade, sejam crianças, adolescentes, dife-

6 A soberania popular, segundo a teoria discursiva, surge inicialmente com base na liberdade comunicativa dos cidadãos no mundo da vida, que consiste na capacidade para chegar ao entendimento, implícita na ação comunicativa cotidiana (HABERMAS, 1994, p. 208-9).

7 De acordo com o professor Boaventura de Sousa Santos (2007, pg.87) a ecologia dos saberes tem por fundamento a diversidade de conhecimentos no mundo, “não existe uma unidade de conhecimento”.

8 Segundo Putman, o conceito de capital social consiste em um conjunto de práticas sociais, normas e relações de confiança que existe entre os cidadãos numa determinada sociedade, bem como sistemas de participação e associação que estimulam a cooperação (2005, p.177).

rentes identidades de gênero, de raça e religião, profissão, e a força está na integração entre eles. Expressar desejos e necessidades, construir argumentos, formular propostas, ouvir outros pontos de vista, reagir, debater e chegar ao consenso são atitudes que transformam todos/as aqueles/las que integram processos participativos⁹. É nessas atividades que acontece a construção do conhecimento em educação popular e o processo de participação em ações coletivas, tendo a cidadania democrática como foco central.¹⁰ Além disso, segundo Patemam (1992, p.41), a participação produziria maior integração social na medida em que gera um sentimento de pertencimento de cada cidadão, isolado, à sua comunidade. Além disso, o compartilhamento das experiências e conhecimentos comunitários auxilia na compreensão do território¹¹ e amplia o êxito na comunicação dos saberes construídos no processo, pois se baseiam em valores locais ou normas sociais.

Ora, diante da importância dos espaços participativos, para além da dicotomia institucional e não-institucional, podemos desenvolver pelo menos dois aspectos positivos que podem ser fomentados e utilizados como ferramentas para a transformação local: a identificação e compreensão de normas sociais fundamenta-

das na desigualdade social e a possibilidade de construção de novos valores comunitários pautados em diretrizes humanitárias.

2.2 Espaços participativos: para a superação de normas sociais fundamentadas na desigualdade social

A estrutura social do Brasil é constituída por um processo de exclusão social. Negros e índios, moradores da terra, amargaram um processo de construção histórico-social de luta contra a dominação física e simbólica¹² de imposição, pelas classes dominantes, de um modo de vida legítimo¹³. De acordo com Da Matta (1981, p.75), o Brasil nasceu fundamentado na ideologia católica e no formalismo jurídico em que o poder e o prestígio diferencial e hierarquizado correspondiam, grosso modo, a diferenças de tipos físicos e de origens sociais. Em outras palavras, o Estado brasileiro, implantado e construído a partir de um modelo importado de Portugal, configurou-se como uma entidade anterior, forte e robusta, que foi paulatinamente, amalgamando a sociedade, e esta, por sua vez, foi dinamizando-o. Essa configuração estatal que vai tomando forma organiza a sociedade de uma maneira desigual, não só pelo fato de que possibilita aos grupos dominantes locais espaços de poder privilegiado dentro dessa dinâmica, como também por distribuir recursos e serviços deste Estado, como

9 Participação Social na Administração Pública Federal. Projeto Apoio a Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil. p. 8-9.

10 Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Educação. Ministério da Justiça. UNESCO. 2008. p.43.

11 É preciso reconhecer que há uma dimensão da realização da vida em sociedade que nos coloca face às diferenças: em relação ao território. Espaço-tempo demarcado pelas intenções e ações humanas, o território é recurso e abrigo que exterioriza a existência individual e coletiva. A sociedade ao se apropriar e fazer uso de um território compartilha o domínio das condições de produção e reprodução social da vida, promovendo a construção de laços que se definem pela apropriação e uso das condições objetivas, como também dos investimentos simbólicos, estéticos, éticos que revelam o sentido da própria sociedade instituída. Políticas de segurança e direitos humanos: Enfocando a primeira infância, a infância e adolescentes. Rede Nacional Primeira Infância (Secretaria Executiva RNPI – Avante Educação e Mobilização Social. Biênio 2011/2012). 1ª edição. 2014.p.25.

12 Entende-se o poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário, que define uma relação determinada entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos (BORDIEU, 2009, p.14).

13 O poder simbólico das normas legais ordenaria o mundo social de forma a exprimir a visão de mundo das classes dominantes, desconsiderando ou deslegitimando outras formas de estilo de vida, criando assim um campo próprio de solução de conflitos (BORDIEU, 2009, p.211).

saúde, educação e saneamento básico, também de maneira desigual ao logo de sua formação e estruturação¹⁴.

A partir desta dinâmica social, diferentes modos de vida vão se constituindo no território. O que se verifica é que as normas legais não conseguem abarcar toda a pluralidade do campo social. Segundo Gaglietti (2006, p.46), a norma legal “constrói um sujeito universal, imparcial e objetivo, que está acima da experiência da vida. Além disso, empenha-se em mostrar a existência de um consenso ético, ocultando a pluralidade social”. Abre então, no espaço social¹⁵, lugar para a construção de normas sociais¹⁶, são regras estabelecidas pela coletividade e que influenciam o modo de pensar, de agir e de expor do indivíduo perante os demais membros (MACHADO, 2005, p. 50).

Assim, no campo social encontramos diferentes normas que expõem recursos comunitários valiosos – como festejos, produção cultural, saberes rurais, por exemplo, mas também é onde observamos a prevalência de normas sociais vinculadas ao uso da violência como o aliciamento de crianças e adolescentes pelo tráfico de drogas, a violência doméstica, entre outros. De acordo com Gaglietti (2006, p. 48):

Constata-se a existência de uma separação entre a lei formal e os usos e costumes praticados cotidianamente pela maioria da população, ou seja, as leis no Brasil receberam e recebem um tratamento da ordem do formal

14 SANTOS, Everton. Brasil: herança cultural e desafios do presente. Revista Sociedade e Contemporaneidade, Canoas: IBPEX, 2008, p.183.

15 Compreendido como espaço multidimensional de posições, descrito também como um campo de forças, ou seja, como um conjunto de relações de forças objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irreduzíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes (BOURDIEU, 2009, p.134-135).

16[...] um padrão de comportamento tal que as pessoas têm uma preferência para seguir esse padrão quando acreditam que muitas das pessoas de sua rede de referência comportam-se desse jeito, muitas pessoas da sua rede de referência acham que pessoas como elas deveriam comportar-se desse jeito (BLANCHIERI, 2013, p. 1).

(o estabelecido na Constituição, por exemplo) e da ordem do informal (o estabelecido nas normas e regras construídos no dia a dia). No Brasil é comum as comunidades criarem regras e normas informais, estabelecidas pelas experiências grupais e aceitas pela maioria da população porque nelas se reconhece muito mais do que nas leis formais. Essa legislação informal revela, de certo modo, a obediência a códigos implícitos, porque não legalizados oficialmente.

Para a diminuição da distância entre as normas legais e sociais, o que se propõe como estratégia é uma maior ampliação da participação social no processo de construção de soluções coletivas e das políticas públicas em espaços participativos que privilegiem as trocas, os saberes e a diversidade, a fim de que as normas sociais apareçam, seja como recursos comunitários a serem valorados (através de festejos, literatura, produção cultural, por exemplo) e/ou valores culturais a serem pensados e refletidos a partir de diretrizes humanitárias (através de direitos sociais implementados pelo Estado, e de ações integradas com família e sociedade).

Instituições sociais (formais e informais), grupos religiosos e comunitários, projetos de extensão universitários que estejam engajados com projetos de desenvolvimento local poderiam fomentar a construção de espaços participativos, que privilegiem a ecologia de saberes. A mobilização de diferentes lideranças e/ou referências locais possibilita uma visão mais holística da identidade cultural local que se pretende adentrar e influenciar. Espaços que permitam a identificação e compreensão dos processos de sociabilização que se encontram na origem das normas sociais. Para tanto, os agentes locais de transformação, líderes ou referências formais ou não, detêm um poder de

influência¹⁷ grande no corpo social e podem impulsionar pequenas mudanças, e isso precisa ser valorizado. Segundo Gianella (2007, p.12), “é comum observar hoje em dia que, as únicas pessoas ainda não completamente desiludidas quanto à possibilidade de poder transformar a realidade, são aquelas envolvidas ao nível das práticas, cujo olhar está habituado a relevar mudanças de escala pequena, referentes ao comportamento individual e micro social, um nível no qual as experimentações inovadoras são inúmeras (...)”.

2.3 – *Espaços participativos: de que direitos humanos estamos falando?*

Quando falamos em normas sociais fundamentadas na desigualdade social, precisamos abrir espaço para a reflexão sobre a problemática da efetividade dos direitos humanos¹⁸. Ao falar destes, Santos (1997, p.22) assevera que o sentido de dignidade humana deve se organizar como uma constelação de sentidos locais, segundo o mesmo autor (1997, p.13) enquanto os direitos humanos forem concebidos como universais tenderão a operar como uma arma do ocidente contra o resto do mundo, uma vez que impõe valores culturais sobre outras formas de sentido e experiência de vida. Assim, os mesmos deveriam ser reconceitualizados como multiculturais, abrangendo assim outros valores. Ainda de acordo com o autor (1997, p.13):

O multiculturalismo, tal como eu entendo, é pré-condição de uma relação equilibrada e mutuamente potencializadora entre a competência glo-

17 Ver Araújo, Danielle. Educação de pares como estratégia para promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos. Disponível: <https://www2.ufrb.edu.br/revistaacademicaqueto/images/8%C2%AA_edi%C3%A7%C3%A3o_REVISTA_GUETO_2017.1.pdf>. Acesso em: 25 set. 2017.

18 Ver Araújo, Danielle. Política Pública Efetividade e Direitos Sociais. Revista Diké. 2017. p.417 Disponível: <<http://periodicos.uesc.br/index.php/dike/article/view/1573>>. Acesso em: 25 set. 2017.

bal e a legitimidade local, que constituem os dois atributos de uma política contra-hegemônica de direitos humanos no nosso tempo.

Neste sentido, a proposta de direitos humanos não deveria ser uma imposição de valores culturais, mas a compreensão do diálogo, da troca, da coexistência de diferentes saberes que enriquece a teia social e fortalece a legitimidade do que é proposto. Para Dornelles (1998, p.10), os direitos humanos podem ser interpretados de acordo com a experiência de cada um. Sendo assim, cada indivíduo, em sua trajetória pessoal e coletiva coleciona experiências e saberes a serem compartilhados e refletidos em comunidade, com grande potencial para a superação de desafios locais e agregação de competências para o desenvolvimento social em níveis mais amplos. Trata-se de unir o universal ao individual, o global ao local, a mente ao corpo, compreendendo o sujeito integral. Para Gianella (2007, p. 1), superar a dicotomia razão e emoção nos direciona a uma visão colaborativa em que interesses, valores, visões de mundo arraigadas em cada sujeito são mobilizados para fins de inclusão e ampliação da cidadania.

A construção de um conhecimento em direitos humanos, que alcance efetivamente seus destinatários, precisa nascer do interior da sociedade e abarcar todas as formas de saber e experiências de vida de cada indivíduo em sua trajetória pessoal e comunitária. Para Giannella (2007, p.1), “racionalidade e conhecimento científico já não podem aspirar excluir outras formas possíveis de modos de vida e a busca de nova legitimidade está exatamente na capacidade que elas terão em dialogar entre pares com outras razões e saberes”. Todos podem e devem contribuir na identificação dos valores e cultura locais e na aprendizagem e apreensão de novos valores para o fortalecimento da rede de garantias dos direitos humanos. De acordo com Paulo Freire (2007, p.30):

Por que não aproveitar a experiência dos alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixo e os riscos que oferecem à saúde das gentes?

Assim, os espaços participativos podem contribuir para que esse universo de trocas, diferenças, valores e saberes sejam agregados para a construção de valores comunitários pautados em uma dignidade humana que faça sentido em um espaço e tempo.

2.4 Espaços participativos: de que desenvolvimento estamos falando?

Por fim, neste trabalho vamos apontar outro elemento importante que é a noção de desenvolvimento nacional, pois compõe o conceito de política pública e influencia diretamente a dinâmica econômica e social da população.

A política dos anos 80 e 90 do século XX foi caracterizada pelo renascimento das ideias liberais em grande parte do mundo desenvolvido. Os conselhos oferecidos pelas instituições financeiras internacionais (IFIs), como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, bem como pelo governo dos EUA, incentivaram uma série de medidas que visavam a reduzir o grau de intervenção estatal nas atividades econômicas – um pacote denominado “consenso de Washington” (FUKUYAMA, 2005, p. 19). Até o final da década de 1990, o que predominou no modelo neoliberal foi a rigidez das explicações economicistas, unidimensionais e deterministas. O resultado foi a ampliação das desigualdades e dos desequilíbrios sociais, que, por fim, inviabilizaram a continuidade do processo de crescimento econômico (DINIZ, 2009).

A década de 1990 foi marcada por uma série de debates em torno da descentralização e

do chamado desenvolvimento regional. Tanto no âmbito acadêmico, como no político, ganharam destaque as estratégias de desenvolvimento que adotassem o enfoque territorial instituído com base em uma gestão descentralizada (SILVA, 2015, p. 23). Segundo Ortega (2007), a descentralização não era apenas uma recomendação dos organismos multilaterais (sobretudo, os ligados à ONU), mas uma reivindicação pelos diferentes segmentos sociais que ansiavam participar dos processos decisórios, tomando em suas mãos os seus destinos.

Ainda no final do século XX se ampliavam os esforços para distinguir o desenvolvimento do crescimento econômico. Neste aspecto, um marco conhecido é a noção de desenvolvimento humano adotada pela ONU e divulgada com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH reformulou os índices de mensuração do desenvolvimento, passando a medir igualmente os indicadores sociais (educação, saúde, longevidade etc), e não somente os indicadores econômicos (SILVA, 2015, p.23). Atualmente, os países devem estar alinhados aos Objetivos do Milênio¹⁹ quanto ao planejamento de suas políticas públicas.

Foi neste novo cenário que aconteceu uma “explosão” de significações sobre a ideia de desenvolvimento. À crise e à crítica social que se fizeram em torno dela agregaram uma gigantesca polissemia e tentativas de reconceituação. Deste modo, ao substantivo desenvolvimento foram pensados diferentes adjetivos, como: desenvolvimento social, desenvolvimento humano, desenvolvimento local, desenvolvimento territorial etc. Marcam este período são dois aspectos

¹⁹ As metas do milênio foram estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, com o apoio de 191 nações, e ficaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). São eles: 1 - Acabar com a fome e a miséria; 2 - Oferecer educação básica de qualidade para todos; 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4 - Reduzir a mortalidade infantil; 5 - Melhorar a saúde das gestantes; 6 - Combater a Aids, a malária e outras doenças; 7 - Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8 - Estabelecer parcerias para o desenvolvimento. Disponível: <<http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-desenvolvimento-do-milenio>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

tos relevantes: (1) a ideia de desenvolvimento perde a relação a de crescimento; e, (2) mudam os portadores sociais das ideias sobre o desenvolvimento. Em relação ao último aspecto, ele deixa de ser monopólio da ciência, e vai passar a frequentar os discursos dos militantes dos movimentos sociais, de ONGs e de agrupamentos políticos diversos (SILVA, 2015, p. 24).

A visualização da caminhada histórica do conceito é muito importante para se pensar como as decisões globais afetam o local e como hoje a questão esta centrada exatamente nos recursos comunitários para o desenvolvimento local e regional, atingindo, assim, a esfera global. Os espaços participativos podem potencializar essa força, uma vez que unem, mobilizam e disponibilizam recursos formativos e informativos para a população e lideranças objetivando o protagonismo e autonomia dos sujeitos quanto a resolução coletivas de seus conflitos e desafios comuns. É fundamental que haja a positivação dos direitos sociais pelo Estado através de políticas públicas integradas, todavia a integração social propicia alternativas para dirimir suas questões em parceria com outros atores, como a mediação comunitária de conflitos, a economia solidária, e projetos socioambientais, por exemplo.

3. RELATO DE EXPERIÊNCIA: FOMENTANDO A CRIAÇÃO DE ESPAÇOS PARTICIPATIVOS

A Ong Gerando Vida²⁰ desenvolve seus projetos sociais nos bairros Praça da Bandeira, na cidade do Rio de Janeiro, RJ e Alecrim II, na cidade de Eunápolis, Bahia, em parceria com o

20 Instituição fundada pela autora. Associação civil sem fins lucrativos atua desde 2008 com a missão de auxiliar na inclusão socioeconômica de mulheres, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. As principais temáticas estão relacionadas à superação da exploração sexual infanto-juvenil, ao tráfico de pessoas e ao trabalho infantil. Apresentação institucional disponível em: http://brazil-entreprendre-au-feminin.tv5monde.com/#Danielle_-_Fondatrice_de_Gerando_Vida

curso de Psicologia da Universidade UNISU-AM, localizada na zona norte da cidade do Rio de Janeiro – RJ. O fomento à criação de espaços participativos perpassa todos os projetos da instituição: 1) Escola de Gestão Comunitária²¹ (2012-2016); 2) Projeto Bebel²² (2013-2015); 3) Projeto de Prevenção ao Tráfico de Pessoas na Praça da Bandeira²³ (2014); 4) Projeto Crescer Crescer– Proteção Integral às Crianças e Adolescentes²⁴ (2014-2016); e Projeto Mais Nordeste: Mais Educação, Cultura e Direitos²⁵ (2015-2016). Durante a execução dos projetos, espaços participativos foram abertos através da criação de grupos de trabalho, que tinham como foco a participação de lideranças ou referências comunitárias, com o fim de propiciar trocas de saberes e de discutir assuntos de interesse local, definindo diretrizes conjuntas para os principais desafios comunitários.

Para o desenvolvimento dos projetos, as seguintes etapas foram seguidas:

1) divulgação e mobilização do espaço para lideranças e referências locais, com foco em

21 A Escola de Gestão Comunitária é um espaço de intercâmbio em que os saberes e conhecimentos são utilizados para produzir melhor qualidade de vida para a comunidade. Tanto educadores e palestrantes como alunos são incentivados a compartilhar seus conhecimentos para a construção de saberes coletivos que impulsionem mudanças sociais concretas.

22 Inclusão Socioeconômica de Mulheres da Praça da Bandeira – RJ), anos de 2013 a 2014, financiado pela Comissão Europeia e executado em parceria com a instituição francesa Planet Finance. Atendeu 150 (cento e cinquenta) mulheres em situação de vulnerabilidade social através de atividades como gestão empresarial, alfabetização de adultos, curso de idiomas, profissionalização, além de acompanhamento social, jurídico e psicológico.

23 Financiado pelo Ministério da Justiça e UNODC (Agência da ONU para crimes internacionais), que executou atividades de capacitação de 10 (dez) lideranças, oficinas para 30 (trinta) meninas, palestras informativas e ações de prevenção quanto à temática atingindo mais de 3.000 (três mil) mulheres.

24 Proteção Integral de Crianças e Adolescentes na Praça da Bandeira (RJ), ano de 2014, financiado pela Fundação Luterana de Diaconia, o projeto realizou oficinas de leitura, corpo e sociedade, música e prevenção à exploração sexual com 30 (trinta) crianças da região da Praça da Bandeira, além do acompanhamento social das famílias.

25 Atende 50 (cinquenta) crianças e adolescentes na cidade de Eunápolis Bahia, através de atividades de incentivo à leitura, reforço escolar, atividades artísticas e culturais e ações comunitárias informativas sobre direitos humanos.

mulheres (pessoas-chave que atuam ou podem atuar como agentes locais de transformação);

2) encontros que tinham como ponto primordial a questão da auto-estima e auto-eficácia dos participantes. Estes momentos eram direcionados por psicólogos e estudantes de psicologia da Universidade UNISUAM, coordenados pela professora Maria Angélica Gabriel. A importância desses assuntos era grande, uma vez que o público-alvo (mulheres, crianças e adolescentes), localizados em regiões periféricas, muitas vezes estava aprisionado a ciclos de violência, como tráfico de drogas, violência doméstica, e exploração sexual infanto-juvenil, e nestes momentos, as histórias de vida e superação vinham a tona, sempre carregadas de muita emoção. Como já foi teorizado, a trajetória pessoal é fundamental para se compreender o contexto comunitário e também encontrar chaves para soluções de desafios locais. As normas sociais presentes na coletividade começam a ser externalizadas e os fenômenos sociais podem ser melhor compreendidos e analisados;

3) quando os grupos de trabalho são formados, o próprio grupo é quem decide os temas prioritários, as reais necessidades e carências locais, os desafios. Todos têm oportunidade de falar, de se expressar com mais abertura e naturalidade por tratar-se de um encontro com pares e pelo fato de os atores externos fazerem parte do contexto local;

4) definidos os temas prioritários para a comunidade, uma liderança se responsabiliza por montar a agenda de discussões e a equipe do projeto por articular encontros com especialistas nas temáticas a fim de se propiciar trocas e saberes que irão instrumentalizar o grupo;

5) especialistas, setores do Estado, outras organizações não-governamentais e universidades são convidadas para informar, debater e indicar caminhos para a resolução dos conflitos comunitários. Estes encontros são sempre produtivos, pois a comunidade com acesso aos seus direitos se fortalece para buscar mudanças e cobrar do Estado políticas públicas localizadas;

6) diferentes instrumentos e ações resultam desses encontros: ofícios aos órgãos públicos, agendamento de reunião com agentes públicos; eventos externos de divulgação de direitos para a população, feiras e bazares para mobilização de recursos que serão utilizados no desenvolvimento de projetos sociais; elaboração de projetos socioambientais e encaminhamentos de pedidos financeiros para parcerias;

7) o protagonismo é do grupo, contando sempre com auxílio da equipe do projeto e da Universidade para a escrita técnica, a localização legal dos direitos, os setores públicos a serem procurados, a estruturação de uma reunião ou evento.

Algumas dificuldades foram encontradas durante esta dinâmica:

1) a burocratização da máquina estatal a falta de vontade política, por exemplo, o ofício para a priorização de novas moradias para as 13 (treze) crianças que moravam no centro de prostituição na rua Sotero dos Reis no bairro Praça da Bandeira – Rio de Janeiro/RJ, foi recebido em 2014 pela Secretaria de Habitação do Estado, que entrou em contato com o projeto, realizou diversos encontros com as lideranças, incluiu as famílias no sorteio prioritário do programa social Minha Casa Minha Vida, mas até o ano de 2017 nenhuma resposta positiva havia sido sinalizada, deixando crianças e adolescentes expostos diariamente a diferentes tipos de violência;

2) a intervenção direta de outros poderes²⁶ atuantes na comunidade. A luta de interesses no espaço social, em alguns casos, se remete ao uso da força para que determinadas situações de violência e/ou exploração permaneçam no campo social.

Todavia, o que se pretende, para além de

²⁶ No Rio de Janeiro e na Bahia, a equipe do projeto sofreu com constantes ameaças a sua integridade física e institucional advindas de outras organizações presentes no território que se sentiam ameaçadas com o desenvolvimento do projeto e pelo potencial de transformação social do mesmo ou pelo forte clientelismo ainda presente em regiões do interior do país.

apontar quantitativamente as pessoas atingidas diretamente pelos projetos, é dar visibilidade para a importância dos espaços participativos para a formação cidadã. O objetivo é realçar os resultados coletivos advindos destes encontros, que são:

1) o processo de reflexão institucional e comunitário para compreender o fenômeno social da exploração sexual infanto-juvenil e do trabalho infantil, como uma questão holística e complexa, que quer um estudo a partir do entendimento da construção da história social dos mesmos, assim como a observação da estrutura social desigual que se fundamenta na base destas normas sociais que se perfazem através das relações sociais no território;

2) a elaboração de projetos sociais educativos e culturais participativos que tivessem por base a cooperação e integração da família, Estado e sociedade;

3) a formação de agentes locais de transformação para a multiplicação de saberes pautados em diretrizes humanitárias;

4) a capacitação e participação das lideranças comunitárias em outros espaços de discussão, como redes comunitárias²⁷ e comitês²⁸ que deliberam sobre políticas públicas.

A estratégia de espaços de construção e trocas de saberes em comunidades periféricas pode ser um sinalizador para se refletir sobre uma melhor efetividade dos direitos sociais e de políticas públicas. Ações extensionistas devem ser incentivadas a fim de que o conhecimento técnico-científico colabore, em intercâmbio com os saberes locais, para a melhoria da qualidade de vida da população. A metodologia do

Projeto foi acolhida como um saber social a ser integrado no Projeto de Extensão - Núcleo de Apoio a Gestão de Empreendimentos Sociais (NAGES), desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia (Campus XVIII - Eunápolis), com o objetivo de promover cursos e capacitação para os empreendimentos sociais na Costa do Descobrimento, assessorar o gerenciamento de tais empreendimentos, e também fortalecer docentes e discentes da Universidade na temática gestão social.

4. CONCLUSÃO:

O estudo e ações que tenham por base o aprofundamento de mecanismos que instrumentalizem a participação social são fundamentais para se efetivar uma proposta concreta de inclusão social na realidade brasileira. Buscar estratégias que fortaleçam a formação de uma cidadania ativa deve ser facilitado por instituições estatais e sociais, a fim de que novas bases de sociabilidade, pautadas na democracia, inclusão social, igualdade e liberdade possam se tornar possíveis em um país com matrizes hierárquicas e autoritárias. É neste caminho, lutando para o rompimento do ciclo da violência, pobreza e da exclusão social, tão enraizados na história do Brasil, que uma sociedade livre, justa e solidária poderá enfim encontrar sentido e concretude na realidade social.

BIBLIOGRAFIA BIBLIOGRÁFICAS:

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016.

BICHERI, Cristina. **Norms, conventions and the power of expectations**. To appear in *Philosophy of Social Science*, N.Cartwright and E. Montuschi, eds., Oxford University Press. Fev 2013. Disponível: <https://sites.sas.upenn.edu/behav-ethics/files/pss_oxford_feb.2013.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.

27 Metrô RJ, Rede do Bem, ASPLANDE, Rede Grade Tijuca, Rede Sesc Tijuca, que são compostas por organizações públicas e privadas que desenvolvam projetos socioambientais. Nestes espaços acontecem oficinas e encontros mensais para capacitação, informação e trocas de experiências entre as instituições.

28 Conselho Municipal da Criança e do Adolescente- RJ, Conselho Estadual de Assistência Social - RJ, Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo (RJ e BA), Comitê Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil (Eunápolis - BA).

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz, 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- DAGNINO, Evelina. **Políticas culturais, democracia e projeto neoliberal**. In: Rio de Janeiro, (15): 45-65, janeiro / abril de 2005. Disponível: <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_15/15_dossie_EvelinaDagnino.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.
- DINIZ, Eli. **Globalização, Estado e trajetórias nacionais**. In: SICSÛ, J; CASTELAR, A. (Org.). Sociedade e Economia: Estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2009.
- DORNELLES, José Ricardo Wanderley. **O desafio da educação em direitos humanos**. In: Cadernos Nuevamérica, Rio de Janeiro, 1998. nº 78.
- EVANS, Mark. **Social participation in holistic perspective: lessons from Europe**. Anzsog Institute for Governance. University of Canberra. 2012.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- FUKUYAMA, Francis. **Construção de Estados: governo e organização mundial no século XXI**. Trad. Nivaldo Montigelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.
- GAGLIETTI, Mauro. **O poder simbólico e a distância entre os dois brasis: o formal e o informal**. Revista Katálysis.v.9. n.1. jan/jun. Florianópolis - SC, 2006.
- GIANNELLA, Valéria. **O nexó pesquisa-ação: qual conhecimento para que políticas?** In: Gestión local del desarrollo y lucha contra la pobreza. Aportes para el fortalecimiento de la investigación y las políticas en América Latina. Luiz Carrizo (Editor), Manoel Carbalha Edición. Montevideo, 2007.
- HABERMAS, J. **Faktizität und Geltung**. Beitrage zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats. 4. ed. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994.
- MACHADO, Kaline Pacífico de Brito. **Normas sociais e normas jurídicas: uma abordagem distintiva**. Revista Olhares Plurais – Revista Eletrônica Multidisciplinar. vol. 1. nº 12. Ano 2015.
- MATTA, Roberto da. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ORTEGA, Antonio C.; SILVA, F.P.M. **Uma visão crítica do desenvolvimento territorial e dos novos espaços de governança**. Revista de Desenvolvimento Econômico. Salvador: Ano XIII, n. 23, p.32-52, julho de 2011.
- PATEMAM, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1992.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Por uma concepção multicultural de direitos humanos**. Revista Crítica de Ciências Sociais. Nº48. Junho 1997.
- _____. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes**. Revista Novos Estudos, n. 79, novembro, 2007.
- SILVA, Filipe P. M da. **Desenvolvimento territorial: a experiência do sisal da Bahia**. Lauro de Freitas- BA, Editorial FPMS, 2015.
- TATAGIBA, Luciana. **1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracia do Brasil**. Política e Sociedade. Florianópolis. Vol. 13, nº 28, Set./Dez. de 2014. Disponível: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n28p35>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO “ ASSIM SENDO DECLARO VAGA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA”: 50 ANOS DEPOIS

José Carlos Gomes de Campos¹

RESUMO: O presente trabalho relata a experiência com o projeto intitulado “Assim sendo, declaro vaga a presidência da república”: 50 anos depois, cujo principal objetivo foi à realização de oficinas com alunos e professores da rede de ensino pública do Estado da Bahia, na microrregião da cidade de Jequié, para fins de fomentar a discussão sobre a necessidade de um resgate da memória no que se diz respeito à violação dos direitos humanos, individuais e coletivos durante o Regime Civil-Militar Brasileiro (1964 – 1985) A execução do projeto teve o espaço temporal entre março de dois mil e quatorze a março de dois mil e quinze, usando da modalidade de oficinas como metodologia de aplicação, onde tiveram como instrumentos de trabalho os livros didáticos e materiais de mídia, tais como, filmes, documentários e áudios da época do regime, que relatavam como esses direitos foram suprimidos durante os vinte e cinco anos de ditadura, e como a tortura, repressão e prisões arbitrárias foram práticas que se tornaram uma espécie de política de Estado no regime de exceção.

Palavras-chave: Ditadura. Memória. Direitos. Regime.

A REPORT OF EXPERIENCE OF THE PROJECT "SO BEING DECLARED VAGA THE PRESIDENCY OF THE REPUBLIC": 50 YEARS LATER

ABSTRACT: This paper reports on the experience with the project entitled "Thus being declared vacant the presidency of the republic": 50 years later, whose main objective was to hold workshops with students and teachers of the public education network of the state of Bahia, in the micro-region of the city of Jequié, in order to foment the discussion of the necessity of a redemption of the memory

¹ Graduado em História pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), polo de Jequié. Graduando em Sistemas de Informação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Coordenador e Idealizador do Projeto. Fomento: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/PROEX. E-mail: ze.karlos@msn.com

regarding the violation of the human, individual and collective rights during the Brazilian Military Civil Regime (1964 - 1985) The execution of the project had the space between March of two thousand and fourteen to March of two thousand and fifteen, using workshops as an application methodology, where they had as textbooks and media materials, such as films, documentaries and audios from the regime's time , which reported how these rights were suppressed during the twenty-five years of dictatorship, and how torture, repression and arbitrary arrests were practices that became a kind of state policy in the regime of exception.

Keywords: Dictatorship. Memory. Rights. Scheme.

INTRODUÇÃO E OBJETIVO

Relembrar algo que aconteceu um ano atrás, na última data do nosso aniversário ou até mesmo aquela última prova do semestre da faculdade, por muitas vezes é algo que requer muito esforço mental da nossa parte como ser humano. E que tal imaginarmos e relembrarmos um acontecimento histórico e suas reverberações que se iniciou há 50 anos e sua culminância já tem 30 anos, seria uma atividade muito lúdica? E esse acontecimento, trouxe consequências para os dias de hoje? E será que os estudantes de 'hoje' conhece e entender esse fato histórico do seu país?.

Essas e outras inquietações que levaram a idealizar esse projeto, cuja proposta principal é o estudo do Regime Civil Militar Brasileiro (1964-1985) e suas consequências para os Direitos Humanos no Brasil durante esses 21 anos de ditadura. Segundo Jacques Le Goff, a memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas.

A imposição do esquecimento iniciou-se ainda em abril de 1964, quando os primeiros assassinatos promovidos pelo regime civil-militar apareceram mascarados pela versão de suicídio e, quando a partir de 1973, principalmente, a destruição de opositores perdia sua eficácia, surgiram os desaparecidos: não mais havia a notícia da morte, um corpo, atestados de óbito — essas pessoas perderam seus nomes, perderam a possibilidade de ligação com seu passado, tornando penosa a inscrição dessa experiência na memória coletiva. Sinistra construção do esquecimento esta orquestrada por meio do terror do desaparecimento de opositores políticos, porque deixa viva a morte dessas pessoas através da tortura que é a ausência de informações e de seus corpos. Aos seus familiares só é permitido lembrar sempre a ausência, reacendendo permanentemente o desejo de libertar-se de um passado que, no entanto, permanece vivo. (TELES, 2001, p.11).

Com isso é de extrema necessidade do resgate da memória, para que não haja o cerceamento dos fatos e acontecimentos históricos do país, que por muitas vezes tiveram contribuições marcantes para construção do Estado e suas políticas públicas. Teles afirma que:

Recuperar o passado é uma primeira garantia de um sentido para o presente. Ao recorreremos a memória dos relatos e testemunhos das épocas passadas, estamos transformando essas narrativas em história, fazendo com que um amontoado de fatos ganhe sentido. O narrador histórico é aquele que procura o sentido das ações humanas e encontra nelas uma conexão com os acontecimentos que se precipitam no presente. Sua importância não está em apresentar uma imagem do passado, tirando sua autenticidade, mas em transformá-lo em uma experiência política única que possa renovar o futuro com seu reconhecimento no presente. Um sentido histórico só pode ser apreendido se o acontecimento passado for interrogado. (TELES, 2001, p.14).

O projeto de extensão universitária intitulado “Assim sendo, declaro vaga a presidência da república”: 50 anos depois, iniciado em abril de 2014, o qual foi vinculado à Pró-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX) da Universidade Estadual do Sudoeste de Bahia (UESB), através dos Projetos: 1 - Subprograma de Assuntos da Juventude; 2 - Programa de Assistência Estudantil; 3 - Programa de Extensão UniverCidades, com seleção de chamada pública através do Edital nº 014/2014.²

O projeto “Assim sendo, declaro vaga a presidência da república”: 50 anos depois visou ser exequível em qualquer escola pública da microrregião de Jequié-BA, onde a unidade de ensino teria que possuir pelo menos, uma sala de informática ou laboratório de informática, um kit multimídia com um projetor de imagem e caixa de som, para aplicar oficinas que possibilitaram a maximização dos conhecimentos da comunidade escolar, acerca da temática proposta pelo projeto.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para este trabalho está embasada no relato da experiência de realizar o projeto de extensão intitulado “Assim sendo declaro vago a presidência da república”: 50 anos depois. O projeto foi elaborado para ser executado em ações divididas em três

etapas distintas. Na primeira etapa trata-se da aquisição dos materiais que foram utilizados nas oficinas: áudios, documentários, vídeos, jornais e livros. Esta etapa ficou sob a minha responsabilidade, buscando a confecção desse acervo digital. Segundo Moraes (1993, p.17) “base própria alicerçada por uma capacitação científica e tecnológica de alto nível, capaz de garantir a soberania nacional em termos de segurança e desenvolvimento”.

Ainda assim, o trabalho com projetos de aprendizagem nem sempre constitui solução para a aprendizagem significativa, uma vez que o professor precisa compreender as concepções de conhecimento, aprendizagem e ensino subjacentes, buscando a coerência com o currículo, que se desenvolve em conexão com as tecnologias e mídias, selecionadas e agregadas ao projeto conforme necessidades da atividade em realização. Para que os recursos tecnológicos e midiáticos possam ser integrados de maneira significativa, é importante ir além do acesso, criando condições para que alunos e demais membros da comunidade escolar possam se expressar por meio das múltiplas linguagens, dominar operações e funcionalidades das tecnologias, compreender suas propriedades específicas e potencialidades para uso na busca de solução para os problemas da vida. (ALMEIDA, 2009, p.82).

No final dessa etapa, foram adquiridos cerca de 20 áudios, 12 documentários, dez vídeos, dois jornais e dois livros, trazemos como exemplo os documentários listados abaixo:

2 Buscando fomentar a realização de ações, a PROEX, anualmente, publica um Edital de Financiamento Interno para as atividades extensionistas. Essas ações são cadastradas, pelo extensionista, seguindo as normas e resoluções de Extensão aprovadas internamente na UESB, bem como as diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária construídas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e, oportunamente, avaliadas pelo Comitê de Extensão e pela Câmara de Extensão, respectivamente. Ainda atuando no fomento ao fazer extensionista, a PROEX, em firme parceria com a Assessoria na Gestão de Projetos e Convênios Institucionais (AGESPI) da UESB, tem buscado captar recursos, firmando convênios de cooperação institucional e parcerias com órgãos dos governos Estadual e Federal, bem como submetendo propostas extensionistas, nas mais diversas áreas.

Documentários Utilizados nas Oficinas.

| TÍTULO | ANO DE LANÇAMENTO | DIREÇÃO |
|---|-------------------|------------------------|
| MANHÃ CINZENTA | 1968 | OLNEY SÃO PAULO |
| PRA FRENTE, BRASIL | 1982 | ROBERTO FARIAS |
| CABRA MARCADO PARA MORRER | 1984 | EDUARDO COUTINHO. |
| O QUE É ISSO, COMPANHEIRO? | 1997 | BRUNO BARRETO |
| O ANO EM QUE MEUS PAIS SAIRAM DE FÉRIAS | 2006 | CAO HAMBURGER |
| BATISMO DE SANGUE | 2007 | HELVÉCIO RATTON |
| CONTOS DA RESISTÊNCIA | 2005 | GETSEMANE SILVA |
| UTOPIA E BARBARIE | 2005 | SILVIO TENDLER |
| JANGO | 1984 | SILVIO TENDLER |
| MARIGHELLA – RETRATO FALADO DO GUERRILHEIRO | 2001 | SILVIO TENDLER |
| MEMÓRIA PRA O USO DIÁRIO | | BETH FORMAGGINI |
| VALA COMUM | 1994 | JOÃO GODOY |
| O DIA QUE DUROU 21 ANOS | 2013 | CAMILO GALLI TAVARES |

Posteriormente, após a aquisição do acervo, teve início a segunda etapa. De maio de 2014 a dezembro do mesmo ano foram realizadas as oficinas, que serão descritas a partir de agora. Inicialmente é feita apresentação da proposta do projeto, com uma palestra sobre *A ditadura Militar e a violação dos direitos humanos, individuais e coletivos* durante esse período, esse contato inicial possibilitou envolvimento

e compreensão dos professores e alunos acerca da temática, assim, facilitando o processo de aplicação da oficina, proporcionando aos mesmos um maior abertura/aceitação aos conteúdos abordados. As oficinas aconteceram no Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães na cidade de Aiquara-BA, Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães na cidade de Jequié-BA e na Escola Campus de Educação Integrada na cidade de Jequié.

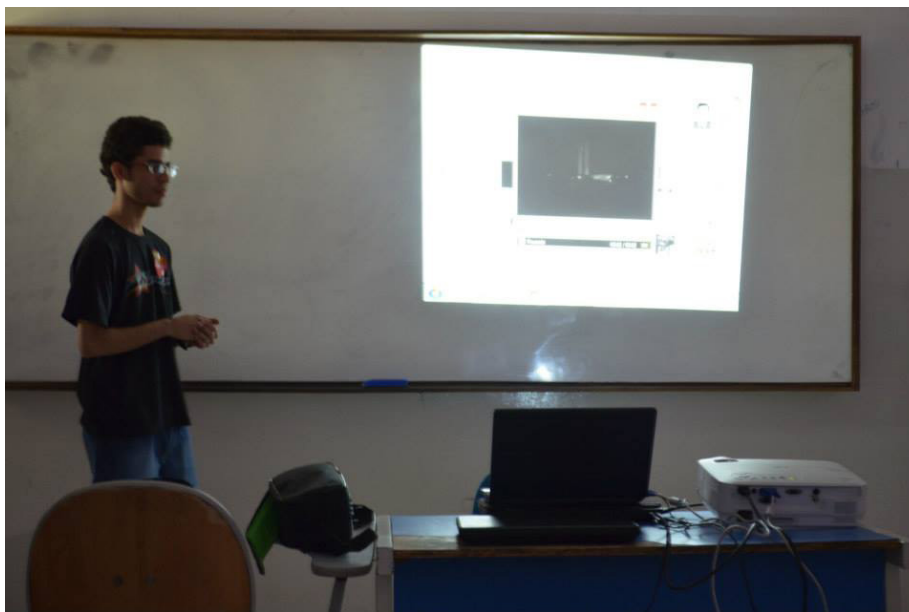


Figura 1. Apresentação do projeto para o público participante.

Fonte: Arquivo do Projeto

Heuseler (2012) afirma que, “entender que os valores mais essenciais à humanidade merecem ser organizados, em um diploma legal dotado de força normativa e hierarquicamente superior às demais normas do ordenamento jurídico”. Assim, contribuir para que os professores e alunos possam aperfeiçoar sua formação social, como cidadãos responsáveis, críticos e emancipatórios. A discussão da temática se faz tão importante para o entendimento e conhecimento da História do Brasil. Segundo Cancian (2007), “nas décadas de 60 e 70, o **movimento estudantil** universitário brasi-

leiro se transformou num importante foco de mobilização social. Sua força adveio da capacidade de mobilizar expressivos contingentes de estudantes para participarem ativamente da vida política do país”. O projeto foi realizado com um grupo entre dez a vinte pessoas, de ambos os sexos, que tem disponibilidade de participarem das atividades, somando 5 horas de atividade no geral por oficina. Foram criadas uma única turma de trabalho no período da manhã, tarde ou noite de modo a reforçar o trabalho e criar maior aproximação entre os participantes do projeto.



Figura 2. Exibição dos Materiais de Mídia.

Fonte: Arquivo do Projeto

Na segunda e última etapa das oficinas, foram criados grupos entre quatro e seis pessoas, a fim de fomentar a discussão abordada pelos materiais expostos. Esses grupos tinham como finalidade expor seus argumentos e contribuições coletivas e individuais num debate final da oficina.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Foi perceptível que a maioria dos participantes do projeto não demonstraram um grande interesse acerca da problemática resgate memorial do período histórico trabalhado nas oficinas, ou até mesmo os que não possuíam nenhum tipo informação, a respeito do contexto político e social, sobre o que desencadeou a instauração da ditadura militar no Brasil.

Foi possível promover estudos acerca dos diversos métodos de violação dos direitos humanos, individuais e coletivos, durante o regime militar. A tortura como principal instrumento repressor, os setores do Estado que se

organizavam para a realização dessas práticas, e as vítimas desse aparato estatal que, em muitos casos, se encontram na situação de desaparecidos políticos.

Foi possível também uma ambientação em relação ao principal papel institucional da Comissão Nacional da Verdade, órgão criado pelo Governo Federal em 2011 que teve como principal objetivo a investigação de possíveis violações de direitos contra a pessoa humana durante o período ditatorial no país e como essa comissão teve um papel primordial na abertura dos arquivos da época do regime civil-militar, assim, contribuindo no processo de constituição da memória histórica do Brasil.

Com isso, ensinar e vivenciar os direitos humanos, individuais e coletivos são imperativos, que não podem mais ser adiados. As expectativas de aprendizagem perpassam pela ideia de fornecer aos alunos instrumentos de

capacidade crítica e mostrar que eles podem (e devem) fazer uso dela no dia a dia. Assim, contribuindo para a ampliação da cidadania, e a formação para a convivência numa cultura de diversidade e de direitos garantidos.



Figura 3. Discentes pós debate de finalização da oficina.

Fonte: Arquivo do Projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse trabalho permitiu perceber que boa parte dos participantes fomentou a ideia do real motivo de se fazer necessário, uma compreensão do cenário social e político da história do seu país. As exposições dos materiais de multimídia contribuíram de forma essencial durante o processo das oficinas, pois possibilitaram uma amostra, de forma bem ampla e cinematográfica, das características e peculiaridades da época, assim, gerando relatos pessoais que foram bastante relevantes para o trabalho.

A experiência foi bastante significativa, pois buscou-se sinalizar o quão é importante o respeito aos direitos individuais, sejam eles no campo político, ideológico ou até mesmo religioso no processo de consolidação dos sistemas democráticos e na emancipação social. E como é necessário termos conhecimento sobre o processo histórico e social do país.

Assim, deixando evidente que os direitos humanos, individuais e coletivos, são fundamentais para qualquer sistema democrático, porque sem eles o homem não é capaz de existir, se desenvolver e participar

plenamente da vida; e são universais, porque exigíveis de qualquer autoridade política em qualquer lugar. Eles representam as condições mínimas necessárias para uma vida digna para a pessoa humana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. **Gestão de tecnologias, mídias e recursos na escola: o compartilhar de significados.** Em Aberto, Brasília, v. 22, nº 79, p. 75-89. Jan/2009.

CANCIAN, Renato. **Movimento estudantil: o foco da resistência ao regime militar no Brasil.** Disponível em <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/movimento-estudantil-o-foco-da-resistencia-ao-regime-militar-no-brasil.htm> Acesso em 20.01.2014.

HEUSELER, Denise. **Direitos humanos, direitos fundamentais e paradoxais.** Disponível em: <http://www.gnu.org/philosophy/free-sw.pt-br.html>. Acesso em 20.01.2014.

TELES, Edson Luís de Almeida. **Passado, memória e história: o desejo de atualização das palavras e feitos humanos.** In Revista Urutágua. Ano I - Nº 03 - Dezembro de 2001 - Quadrimestral - Maringá - PR - Brasil.

UESB. **Mval12arnaldo17anual de orientação para coordenadores de ações de extensão.** 2014. Disponível em: <http://www2.uesb.br/proreitorias/proex/wp-content/uploads/Manual-de-EXtens%C3%A3o.pdf>. Acesso: 04/03/2015.

NÚCLEO RONDON UESC FORMANDO UMA EQUIPE DE RONDONISTAS PARA A OPERAÇÃO RONDÔNIA CINQUENTENÁRIO DO PROJETO RONDON

Guilhardes de Jesus Júnior¹

Amarildo José Morett²

Dalila Teixeira Rodrigues³

Railane Oliveira dos Santos⁴

Universidade Estadual de Santa Cruz

RESUMO: O Projeto Rondon é uma ação extensionista de caráter voluntário que tem como finalidade desenvolver e fortalecer o espírito de cidadania do estudante universitário. Tendo em vista que a Universidade Pública é um ambiente composto por estudantes com diferentes perfis e motivações pessoais: Como formar uma equipe de rondonistas? Quais as etapas e os critérios que devem ser utilizados na seleção? O presente artigo tem como objetivo descrever as etapas e analisar os critérios de seleção de rondonistas, utilizados pelo Núcleo Regional do Rondon da Universidade Estadual de Santa Cruz (Núcleo Rondon UESC) para a Operação Rondônia Cinquentenário. A metodologia utilizada foi um relato de experiência. O processo seletivo foi realizado no período 01/01/17 a 08/04/17 e foi composta por 4 etapas: planejamento, recrutamento, seleção e encerramento. Os critérios de seleção utilizados foram: rendimento acadêmico, histórico de participação em projetos de extensão, docência ou voluntariado, conhecimento técnico, capacidade de planejar, organizar e realizar ações, comunicação, zelo, resiliência, habilidades interpessoais, autoconhecimento e capacidade de autocrítica. Conclui-se que a estratégia adotada ao considerar o estudante em uma visão holística e na atuação prática, é uma boa alternativa para a seleção de equipes, podendo ser adotada por outras instituições.

Palavras-chave: Rondon. Seleção. Operação Rondônia Cinquentenário.

1 Departamento de Ciências Jurídicas da UESC, Coordenador do Núcleo Rondon UESC, guilhardesjr@gmail.com

2 Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis da UESC, Coordenador do Núcleo Rondon UESC, ajmorett@hotmail.com

3 Discente do Curso de Medicina da UESC, rondonista, dalilatrodriques@gmail.com

4 Discente do Curso de Engenharia de Produção da UESC, rondonista, railaneos@hotmail.com

How to form a team of rondonistas? Núcleo Rondon UESC and the selection criteria for the Operation Rondônia Cinquentenário.

Abstract: The Rondon Project is an extensions action of care taker whose the purpose is to develop and strengthen the citizen spirit in the university student. Given that the Public University is an environment composed of students with different profiles and personal motivations: How to form a team of rondonistas? What steps and criteria should be used in the selection? The purpose of this article is to describe the steps and analyze the criteria for the selection of rondonistas used by the Rondon Regional Nucleus of the State University of Santa Cruz (Núcleo Rondon UESC) for Operation Rondônia Cinquentenário. The methodology used was an experience report. The selection process was carried out between 01/01/17 and 04/8/17 and was composed of 4 stages: planning, recruitment, selection and closure. The selection criteria used were academic achievement, history of participation in extension projects, teaching or volunteering, technical knowledge, ability to plan, organize and carry out actions, communication, zeal, resilience, interpersonal skills, self-knowledge and self-criticism. It is concluded that the strategy adopted when considering the student in a holistic vision and in the practical action, is a good alternative for the selection of teams and can be adopted by other institutions.

Key words: Selection, Rondon, Operation Rondônia Cinquentenário.

1. Introdução

A criação da universidade pública teve como finalidade atender algumas das necessidades educacionais do país. Dessa maneira, o ambiente acadêmico ao ser pautado nos pilares Ensino, Pesquisa e Extensão, tendo nesse último aspecto a sua função social.

Dentre os diversos projetos desenvolvidos pela universidade, o projeto de extensão é um importante pilar que possui impacto direto na sociedade. Uma vez que a prática da Extensão universitária se define como uma oportunidade de pôr em prática o aprendizado acadêmico por parte dos estudantes, esta também se demonstra, concomitantemente, como um meio de contribuição para com a sociedade, seja no momento da partilha ou da aplicação dos conhecimentos por estes (RODRIGUES et al, 2013).

O Projeto Rondon é uma ação extensionista de caráter voluntário que tem como finalidade desenvolver e fortalecer o espírito de cidadania do estudante universitário. Além disso, busca contribuir para o desenvolvimento sustentável, o bem-estar social e a qualidade de vida nas comunidades carentes (BRASIL, 2017).

O Núcleo Rondon da Universidade Estadual de Santa Cruz tem clara inspiração no Projeto Rondon, tendo em vista que os seus principais objetivos são viabilizar a participação do estudante universitário nos processos de desenvolvimento local sustentável e o fortalecimento da cidadania nas comunidades onde atua, adotando, para isso, práticas contínuas de cadastramento, seleção, orientação e capacitação de estudantes para realização de operações regionais e participação nas operações do Projeto Rondon coordenado pelo Ministério da Defesa (NÚCLEO RONDON UESC, 2017).

As atividades desenvolvidas durante a execução do projeto são de diversas áreas: Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Saúde, Comunicação, Tecnologia e Produção, Meio Ambiente e Trabalho. Por isso, o projeto deve ser composto por uma equipe interdisciplinar

cujos membros são responsáveis por ministrar palestras, cursos, oficinas, além de promover momentos de socialização e integração de acordo com as necessidades da localidade e de seus habitantes.

O processo de recrutamento e seleção de rondonistas é de responsabilidade das instituições de ensino e do professor coordenador do projeto. Nesse sentido, considerando que a universidade pública é um ambiente composto por estudantes com diferentes perfis e motivações pessoais, surgem dois grandes desafios, relacionados à formação da equipe de rondonistas e ao processo de seleção.

Para tanto, parte-se do pressuposto de que uma equipe é muito mais do que só um aglomerado de pessoas. Vergara (2007) destaca que para haver a formação de uma equipe é necessário um elemento de identidade, ou seja, de natureza simbólica, que seja capaz de unir as pessoas ainda que não estejam próximas fisicamente. Além disso, a tarefa básica da seleção é a de escolher, entre os candidatos recrutados, aqueles mais adequados aos cargos existentes, visando obter eficiência e eficácia do projeto (CHIAVENATO, 2008).

Nesse contexto, percebe-se a importância do processo seletivo, tendo em vista a grande responsabilidade do rondonista e o impacto gerado nas comunidades que são atendidas. Assim, justifica-se o tema escolhido, pois o presente trabalho poderá auxiliar outras instituições de ensino em seus processos seletivos de rondonistas.

Desse modo, o objetivo do artigo é descrever as etapas e analisar os critérios de seleção de rondonistas utilizados pelo Núcleo Rondon UESC para a Operação Rondônia Cinquentenário do Projeto Rondon através de um relato de experiência.

2. Materiais e métodos

O processo de seleção do Núcleo Rondon UESC se iniciou após o Ministério da Defesa divulgar os resultados da seleção de propostas de trabalho, aprovando as propostas enviadas pelas instituições de ensino superior (IES) para participação na Operação Rondônia Cinquentenário. A seleção das IES foi realizada entre outubro e dezembro de 2016 e a proposta da UESC foi elaborada pelos coordenadores do Núcleo e uma estudante, e o município designado para a Universidade foi Alto Paraíso, no estado de Rondônia (RO). O plano de trabalho foi referente ao Conjunto de Ações B, que compreende os eixos: Comunicação, Meio Ambiente, Trabalho e Tecnologia e Produção.

O Núcleo Rondon UESC realizou o processo seletivo de rondonistas no período de 02/01/17 a 08/04/17, com a finalidade de selecionar sete estudantes das diversas áreas do conhecimento para participar da Operação Rondônia Cinquentenário. A figura 1 apresenta a metodologia utilizada no processo seletivo, composta por quatro etapas: planejamento, recrutamento, seleção e encerramento, conforme pode ser verificado abaixo.

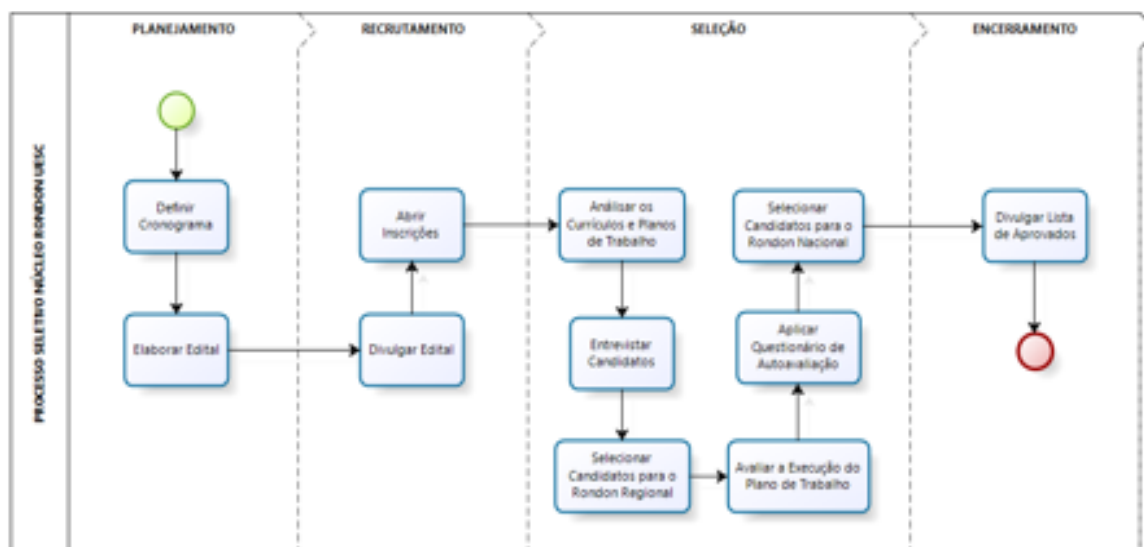


Figura 1 – Etapas do Processo Seletivo do Núcleo Rondon UESC

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na etapa de planejamento foi definido o cronograma e elaborado o edital. Logo após, realizou-se o recrutamento. Nessa etapa foi divulgado o edital nas redes sociais, principalmente nas páginas vinculadas à UESC. No blog do Núcleo Rondon UESC foi disponibilizado o link de inscrição (<http://rondon-uesc.blogspot.com.br/p/inscricao.html>), cujo período foi de 01/01/17 a 13/02/17.

A 3ª etapa, a de seleção, foi composta por quatro fases, sendo as primeiras:

- 1ª Fase: Análise curricular, das motivações pessoais e do plano de trabalho;
- 2ª Fase: Entrevista aos candidatos.

Após estas, os candidatos foram selecionados à Operação regional, onde a partir daí, foram avaliados nas fases subsequentes:

- 3ª Fase: Avaliação da execução do plano de trabalho;
- 4ª Fase: Aplicação do questionário de autoavaliação.

Sendo assim, selecionados para a Operação Nacional.

A primeira fase da terceira etapa foi realiza-

da no período de 14/02/17 a 20/02/17, e consistia em análise do currículo, das motivações pessoais e da proposta de plano de trabalho. O candidato deveria entregar uma redação de um memorial de formato livre, constando os motivos pelo qual deveria ser escolhido, sendo o momento de exposição dos anseios pessoais e expectativas. Além disso, os estudantes tinham a oportunidade de expor participações prévias em outras atividades extracurriculares, como projetos de extensão, iniciação à docência, voluntariado e afins. Com relação ao plano de trabalho, os candidatos poderiam escolher uma das atividades constantes na proposta aprovada para a Operação Rondônia Cinquentenário.

A segunda fase da terceira etapa constou da realização de entrevistas individuais, no dia 22 de fevereiro de 2017, com todos os interessados, sendo este o primeiro contato pessoal dos coordenadores com os candidatos, cujo local escolhido foi a sala do Núcleo Rondon UESC.

A terceira fase dessa etapa consistiu na avaliação das ações executadas pelos candidatos, bem como, o seu comportamento em relação aos demais membros da equipe e às pessoas pertencentes às comunidades atendidas pelo projeto. O Núcleo Rondon UESC realizou a Operação Regional Fovoco, ocorrida nos dias

17 a 20 e de 24 a 27 de março, nas cidades de Coaraci-BA e de Ibicuí-BA, respectivamente. Logo, os candidatos tiveram a oportunidade de colocar em prática as ações previstas no plano de trabalho, além de atuar em outras oficinas, palestras e minicursos, pertencentes às diversas áreas do conhecimento.



Figura 2 – Foto Oficial da Operação Fovoco em Coaraci-BA

Fonte: Arquivo do Núcleo Rondon UESC



Figura 3 – Foto Oficial da Operação Regional Fovoco em Ibicuí-BA

Fonte: Arquivo Pessoal do Núcleo Rondon UESC

A quarta e última fase de seleção constou da aplicação e análise do questionário de autoavaliação disponibilizado - através de um formulário do *Google Forms* - para todos os candidatos. Sendo assim, eles eram responsáveis por avaliar seu desempenho durante a operação, descrevendo sobre a sua experiência em campo, e dizendo por qual motivo deveriam ser escolhidos para a Operação Rondônia Cinquentenário, além de apontar pontos fortes e fracos e oportunidades de melhoria. Ainda neste formulário, eles eram solicitados a indicar outra pessoa para ir à Operação, numa atitude de avaliação dos demais colegas quanto à postura de trabalho e relações interpessoais observadas durante as ações e ao mesmo tempo se incluindo como parte do processo avaliativo, uma vez que as atividades futuras na operação nacional seriam baseadas numa convivência mais intensa.

A etapa de encerramento ocorreu no dia 08/04/17 através da divulgação da lista de aprovados nas redes sociais.

3. Resultados e análises

O recrutamento realizado pelo Núcleo Rondon UESC resultou em um total de 19 estudantes inscritos, provenientes das áreas de Ciências Jurídicas, da Saúde, Biológicas, Exatas e Humanas, tanto dos cursos de bacharelado quanto de licenciatura.

Os critérios utilizados no processo seletivo foram diferentes para cada fase. Na primeira fase, a dos currículos analisados, era exigido que o candidato tivesse uma pontuação mínima de rendimento acadêmico acumulado de 6,0 pontos, para fins de apuração de aproveitamento e dedicação do futuro rondonista ao seu curso superior.

Através do memorial, foi possível analisar os motivos pessoais de cada candidato, bem como o seu histórico de atividades extracurriculares: projetos de extensão, iniciação à docência e voluntariado. A participação nessas

atividades é um critério positivo, uma vez que tais realizações demonstram que o estudante possui experiência nas atividades ligadas ao trabalho direto com o público e à prática da docência, características favoráveis ao futuro rondonista.

Por fim, ainda nesta fase, os interessados deveriam expor uma proposta de trabalho concreta, constando de plano de atividades, cronograma, materiais e orçamento. Para esta avaliação, foram consideradas a viabilidade técnica e financeira da proposta, além da adequação ao público, no caso considerado, a população de Alto Paraíso (RO).

Na segunda etapa, durante a entrevista, o coordenador relatou sobre condições às quais os rondonistas estariam expostos, tanto nas operações regionais quanto nas nacionais, como a necessária convivência coletiva e as possíveis limitações físicas e estruturais e desconfortos, por exemplo. Além disso, eram explanados aspectos essenciais da vivência rondonista, como facilidade de abordagem ao público, trabalho estritamente voluntário e capacidade de gerência de emoções perante situações de estresse. Os critérios utilizados para a seleção foram: comportamento, comunicação, clareza nas ideias e apresentação pessoal.

O rondonista em potencial, nesta oportunidade, poderia também expor mais abertamente os motivos pelos quais deveria ser chamado para a Operação e explicar sobre outras experiências e formações prévias, que não as constantes em memorial. Desta forma, 10 candidatos compareceram à entrevista, sendo reprovado 1 candidato por inadequação às condições de convivência coletiva.

A terceira fase se constituiu de avaliação da execução do plano de trabalho, através da participação dos candidatos na Operação Regional Fovoco. Destaca-se que houve a participação de estudantes que não estavam concorrendo à seleção para a Operação Nacional, incluindo rondonistas de operações anteriores. Os critérios de avaliação foram:

- Planejamento prévio e interesse pela atividade - capacidade de planejar a atividade com zelo, técnica adequada e conhecimento suficiente acerca do tema, além de participação nas reuniões de preparação;
- Capacidade de atuar na prática - facilidade de expor o conteúdo planejado, da melhor forma e na melhor linguagem aos interlocutores presentes na ocasião, adaptando à realidade local e ao cotidiano do público;
- Organização e zelo - capacidade de cuidar dos materiais e espaços confiados para a execução das atividades, com a manutenção do espaço limpo e sem desperdício de recursos;
- Resiliência - capacidade de adaptação a situações adversas, como falta de material solicitado ou público não esperado.

A capacidade de convivência em ambientes coletivos também foi avaliada nesta etapa, uma vez que os espaços de alojamento foram compartilhados neste momento. Para esta avaliação, foram observadas as habilidades interpessoais, o respeito ao local e aos colegas, características externadas através de gestos, ações e falas adequadas. A organização e limpeza dos espaços foi avaliada, além das atitudes de cooperação coletiva como o compartilhar dos materiais na necessidade do outro.

Na quarta e última fase foi analisada a autoavaliação feita por cada candidato. Os critérios utilizados foram: autoconhecimento, capacidade de autocrítica, capacidade de avaliação dos demais colegas e das atividades desenvolvidas durante a Operação. Desta forma, foram selecionados os 7 rondonistas que viriam a participar da Operação Rondônia Cinquentenário. Os selecionados pertenciam aos cursos de Direito, Biologia, Medicina, Engenharia Civil e de Produção.

4. Considerações finais

A seleção de pessoas se constitui um processo, ao todo, acurado, evidenciado ainda, maior grau de complexidade quando se busca a composição de equipes. Assim, a utilização de um meio que considera o ser como um todo, caracterizado por uma visão holística, e lhe dá a oportunidade de ser avaliado e se autoavaliar na prática, se constituiu o mais importante artifício para a seleção da equipe que viria a ser composta. Esta se configurou em todos os seus aspectos - multidisciplinar, de conhecimento de cunho coletivo, social, comunitário e humanístico. Considera-se que tal estratégia, desta forma, conseguir atingir os objetivos do projeto Rondon quanto à formação e fortalecimento da cidadania do jovem universitário, podendo assim ser utilizada por outras instituições como alternativa para composição de suas equipes.

Referências

- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção Extensão Universitária).
- MINISTÉRIO DA DEFESA. **O que é o Projeto Rondon?** Disponível em: <<http://www.projektorondon.defesa.gov.br/portal/index/pagina/id/343/area/C/module/default>>. Acesso em: 01 jul. 2017.
- NÚCLEO RONDON UESC. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://rondon-uesc.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>> Acesso em: 01 jul. 2017.
- RODRIGUES, Andréia Lilian Lima et al. Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT**, v. 1, n. 2, p. 141-148, 2013.
- VERGARA, S.C. **Gestão de pessoas**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

IDENTIFICAÇÃO DE RISCO DE LESÃO POR PRESSÃO EM INDIVÍDUOS HOSPI- TALIZADOS: UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA

Roseanne Montargil Rocha
Tércia Oliveira Coelho
Rayzza Santos Vasconcelos
Laís Souza dos Santos Farias
Verônica Rabelo Santana Amaral

RESUMO: O objetivo do estudo foi observar o risco de indivíduos internados em um hospital público de desenvolver lesão por pressão, por meio de atividade extensionista no dia Mundial de Prevenção de Lesão por Pressão. Trata-se de um relato de experiência de ação extensionista, com abordagem quantitativa e descritiva, que teve como cenário um hospital público do interior da Bahia. A coleta de dados ocorreu por meio de um formulário estruturado e pela Escala de Braden aplicados por discentes de enfermagem. O público alvo foram funcionários do hospital e 123 indivíduos internados. Os resultados demonstraram que o risco de desenvolver a lesão por pressão é predominante em sujeitos acamados e internados na enfermaria de clínica médica, sendo essa informação relevante para o planejamento de gestores e funcionários do hospital, promovendo a prevenção e identificação de novas lesões em indivíduos internados. A vivência nesta ação extensionista de intervenção e educação em saúde se constituiu em um espaço de ensino-aprendizagem, possibilitando a consolidação do conhecimento teórico no desenvolvimento da prática.

Palavras-chaves: Lesão por pressão. Escala de Braden. Estomaterapia.

IDENTIFICATION OF RISK OF INJURY IN PRESSURE IN HOSPITALIZED INDIVIDUALS: AN EXTENSIONIST EXPERIENCE

ABSTRACT: The objective of the study was to evaluate the risk that individuals hospitalized in a public hospital have to develop pressure injury. This is a descriptive and cross-cutting experience report that was set up as a public hospital in the interior of Bahia. Data were collected through a structured form and by the Braden Scale applied by nursing students. The target audience were hospital staff and 123 inpatients. The results demonstrated that the risk of developing pressure injury is predominant in subjects who are bedridden and hospitalized in the medical clinic, being this information relevant for the planning of hospital managers and employees, promoting the prevention and identification of new lesions in hospitalized individuals. The experience in this extension action of health intervention and education was constituted in a space of teaching-learning, enabling the consolidation of theoretical knowledge in the development of the practice.

Keywords: Pressure injury. Braden Scale. Stomatherapy.

INTRODUÇÃO e OBJETIVO

A universidade pública se fundamenta em três bases inter-relacionadas: ensino, pesquisa e extensão. A Extensão Universitária é a arti-

culação do conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a Universidade se insere, interagindo e transformando a realidade social.

No ano de 1999 foi criado o projeto de extensão de ação continuada Assistência ao ostomizado no Sul da Bahia, na Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, por meio do Departamento de Ciências da Saúde. O projeto tinha como objetivo promover ações assistenciais, de ensino e pesquisa na área de estomias respiratórias, digestivas e urinárias. Em 2012, as atividades do projeto foram se expandindo para as áreas de feridas e incontinências, sendo modificado para Núcleo de Estomaterapia da UESC – NUET, cujo objetivo principal é realizar ações assistenciais, de ensino e pesquisa, às pessoas com estomias, feridas e incontinências. Tem parceria com dois hospitais no município de Itabuna e um hospital no município de Ilhéus; Associação dos Diabéticos de Itabuna – ASDI-TA; Secretaria de Saúde de Itabuna, através do Centro de Reabilitação a Pessoa com Deficiência – CREADH; Serviço a Pessoa com Estomas; e Associação dos Ostomizados do Sul da Bahia.

Ações de saúde vêm sendo realizadas através de projetos de extensão e têm sido de extrema utilidade e relevância para a população, por vezes carentes de serviços básicos, essas ações atuam tanto na prevenção como na promoção da saúde (AMARAL et al., 2016).

Dentre as ações realizadas na área de feridas, foi feito no Dia Mundial de prevenção de Lesão por Pressão – LP, uma atividade de identificação de risco de desenvolver a LP em indivíduos hospitalizados, por meio da aplicação da escala de Braden. A lesão por pressão configura-se como um grave problema de saúde e um desafio constante para pacientes, profissionais e Instituições de saúde, tanto pela elevada incidência e prevalência em certas populações, como pelas consequências geradas em relação ao aumento da morbidade e mortalidade (BARBOSA; BECCARIA; POLETTI, 2014).

O registro de LP e a identificação da taxa de ocorrência são pouco frequentes no Brasil, existem apenas estimativas ou estudos pontuais; entretanto, sabe-se que a prevalência aumentou nos últimos anos (MORAES et al., 2016). Os estudos existentes acerca da temática é resultado de publicações realizadas por programas de pós-graduação na área de enfermagem da região sudeste do país, principalmente nos cursos de mestrado, e são estudos voltados para a avaliação da incidência e prevalência de LP, fatores de risco para desenvolvimento de LP, conhecimento dos profissionais e educação, gerenciamento de enfermagem, avaliação e tratamento de LP (KNIES et al., 2016).

A LP é considerada um dano na pele e/ou tecido mole, comumente sobre proeminência óssea ou pode ainda estar relacionado a erros médicos (MORAES et al., 2016). Ocorre geralmente com o processo de hospitalização, nos pacientes que estão acamados por um longo período, comprometendo, de forma direta e indireta, a qualidade de vida do indivíduo e do cuidado prestado (SOUSA; SANTOS; SILVA, 2006; ARAÚJO et al., 2010). Essas LPs são resultado de fatores que predis põem o indivíduo a períodos prolongados de isquemia induzida por pressão, e que reduzem a capacidade de recuperação tecidual da lesão isquêmica (WADA; TEIXEIRA NETO; FERREIRA, 2010). Com o decorrer do tempo, essas lesões podem tornar-se infectadas, complicando o quadro clínico do paciente.

Os sinais que indicam o surgimento dessas lesões incluem o eritema e a hipersensibilidade da região, diminuição da temperatura local e edema (ARAÚJO et al., 2010; BARBOSA; BECCARIA; POLETTI, 2014). Os fatores que contribuem para o aparecimento da LP são a pressão contínua sobre uma região, a umidade, a solução de continuidade na superfície cutânea, a desnutrição, a desidratação, a má circulação sanguínea, o emagrecimento e a presença de bactérias na lesão (ARAÚJO et al., 2010).

Essas lesões são responsáveis pela elevação dos custos terapêuticos, pelo aumento da carga de trabalho da equipe, pelo aumento da demanda de profissionais e de materiais, e ainda pelo sofrimento físico e emocional do paciente e de seus familiares, repercutindo, assim, de modo significativo, no contexto em que se apresenta (BARBOSA; BECCARIA; POLETTI, 2014). Em virtude disso, é necessário que o enfermeiro identifique os fatores de risco para o desenvolvimento de LP e planeje sua assistência visando à prevenção com o objetivo de atenuar as morbidades e reduzir a mortalidade (SOUSA; SANTOS; SILVA, 2006; ARAÚJO et al., 2010).

Um dos meios para avaliar esse risco consiste na aplicação da Escala de BRADEN, criada em 1984, que é considerada o instrumento mais adequado e mais utilizado para indicar o risco que o indivíduo tem para desenvolver as lesões por pressão (ARAÚJO et al., 2010). Ela é composta por seis dimensões: percepção sensorial; umidade; atividade; mobilidade; nutrição e o risco de fricção e/ou cisalhamento. Diante do resultado, que pode variar de 6 a 23 pontos, é possível classificar o risco do desenvolvimento da LP da seguinte forma: risco muito alto, risco alto, risco moderado, baixo risco e sem risco (BARBOSA; BECCARIA; POLETTI, 2014).

O risco de lesão por pressão em indivíduos hospitalizados é o recorte desse objeto de estudo de ação extensionista. Dessa maneira, estabeleceu-se como objetivo da ação avaliar o risco de indivíduos internados em um hospital público de desenvolver lesão por pressão, por meio de atividade extensionista no Dia Mundial de Prevenção de Lesão por Pressão. Justifica-se a importância dessa ação devido à necessidade de gestores, profissionais de saúde e acadêmicos do curso de Graduação em Enfermagem refletir criticamente sobre os riscos que contribuem para o surgimento da lesão por pressão, bem como o ônus referente às questões financeiras e emocionais gerado por essas lesões.

METODOLOGIA

Trata-se do relato de experiência de ação extensionista, com abordagem quantitativa e descritiva, realizada pelo NUET em novembro de 2015 em comemoração ao Dia Mundial de Prevenção de Lesão por Pressão.

O NUET é um projeto de Extensão do Departamento de Ciências da Saúde da UESC, criado em 1999, que realiza ações assistenciais, de ensino e pesquisa nas três áreas da Estomaterapia: estomias, feridas e incontinências. A coordenação é feita por docente do Curso de Graduação em Enfermagem, com especialidade na área de Enfermagem em Estomaterapia e titulada com o TiSobest pela Associação Brasileira de Estomaterapia – SOBEST, tendo outros docentes do curso de enfermagem e medicina como colaboradores das ações.

Nas ações assistenciais são realizadas consultas com pessoas com diabetes, para avaliar e identificar o risco de desenvolver a complicação pé diabético; avaliar o risco de pessoas hospitalizadas ou em instituições asilares desenvolverem a Lesão por Pressão; atendimento às pessoas com feridas agudas e crônicas internadas em Instituições hospitalares ou cadastradas em unidades de saúde, Hiperdia e na Associação dos Diabéticos de Itabuna – ASDITA; consultas e acompanhamento hospitalar, domiciliar e ambulatorial às pessoas com estomias e incontinências; mutirões; assessoria em comissões de feridas, dentre outros.

Nas ações de ensino, duas vezes ao ano, realizamos capacitações nas três áreas da Estomaterapia para estudantes (enfermagem, medicina e biomedicina); profissionais (enfermeiros, médicos, técnicos de enfermagem) de saúde e agentes comunitários de saúde. Ações educativas, com pessoas com estomas, feridas e incontinências, por meio da educação permanente e continuada das Instituições parceiras.

Nas ações de pesquisa temos alguns projetos como perfil epidemiológico e clínico de diabéticos na atenção básica; percepção de es-

tomizados sob sua nova condição; avaliação normativa do programa de estomizado no sul da Bahia, avaliação do conhecimento de enfermeiros da atenção primária e terciária sobre feridas, dentre outros.

Dessa maneira, o NUET vai realizando a integração do tripé ensino-pesquisa e extensão, o qual fundamenta a Universidade Pública, extrapolando os muros da academia para servir a comunidade, dando respostas positivas em relação à saúde e bem estar, bem como produzindo novos conhecimentos em busca de uma melhor qualidade de saúde e de vida para as pessoas com feridas, estomas e incontinências.

A identificação do risco de desenvolver Lesão por Pressão em indivíduos hospitalizados foi uma ação realizada em um hospital público do interior da Bahia, no Dia Mundial de Prevenção de Lesão por Pressão, em novembro de 2015. Mundialmente, o dia 17 de novembro é o Dia de Prevenção de LP e no mundo inteiro são realizadas ações voltadas para esta Campanha, como: passeatas, atendimentos, capacitações e intervenções em busca de minimizar a ocorrência das LPs.

A coleta de dados ocorreu por meio de um formulário que continha aspectos referentes às unidades de internação e à escala de avaliação de risco proposta por Braden. Para tal, inicialmente foi realizado um treinamento teórico com os discentes do curso de enfermagem da UESC e bolsistas do projeto em relação à Lesão por Pressão: conceito; fisiopatologia; escalas de avaliação de risco; estadiamento das lesões; medidas de prevenção e tratamento. Posteriormente, um treinamento prático da aplicação da Escala de Braden.

A etapa seguinte da ação foi realizada no Hospital, no dia 20 de novembro, o qual foi denominado de dia D, ou seja, o dia de Prevenção de LP. Os discentes de enfermagem aplicaram o formulário com a escala de avaliação de risco em 123 pacientes internados na Instituição Hospitalar: Unidade de Pronto Socorro, as 4 enfermarias: clínica médica; clínica

cirúrgica; clínica neurológica; clínica mista e o Centro de Terapia Intensiva – CTI.

Para a análise da avaliação do risco de LP foi usado a estatística descritiva.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A ação extensionista revelou dados importantes para o planejamento da assistência e definições de medidas preventivas na ocorrência das lesões por pressão na Instituição hospitalar do estudo. Em relação ao risco de desenvolver LP a ação identificou que 40% dos indivíduos internados tinham risco de desenvolver lesão por pressão, sendo: 16% médio risco; 8% moderado risco; 13% alto risco e 3% altíssimo risco.

A avaliação de risco para LP é o ação inicial para que intervenções adequadas sejam realizadas, o instrumento de avaliação de risco como a Escala de Braden tem contribuído para a melhoria dessa decisão clínica feita pelo enfermeiro (SOARES; MACHADO; BEZERRA, 2015)

Em indivíduos hospitalizados a LP pode resultar em piora na qualidade de vida, internação prolongada, dor, custo elevado e complicações graves. Em unidades de clínica médica são poucos os estudos nacionais que fizeram uma abordagem de incidência, sendo encontrados 42,6% de lesão por pressão e 64,9% com riscos elevados para o desenvolvimento de lesão por pressão, principalmente em relação a alterações neurológicas, perda do controle esfinteriano das funções urinárias e fecais e déficit nutricional (QUIRINO et al., 2014).

Os custos relacionados ao tratamento de pacientes com LP podem variar entre 2.000 e 70.000 e são significativamente maiores que os custos gerados por medidas preventivas básicas, além disso, a existência de uma LP constitui um fator de risco para óbito no paciente internado (PEREIRA et al., 2017).

No estudo de Moro et al. (2007), onde se utilizou a escala de Braden como instrumento de coleta de dados, 7,4% dos pacientes apresentavam grau baixo quanto ao risco de desenvolvimento das lesões 9,7% com risco moderado e 82,9% apresentavam risco elevado. Para Blanes et al. (2004), de acordo com a Escala de Braden, na pontuação total, 50% da amostra do seu estudo foi classificada como alto risco, 21% risco moderado e 19% baixo risco.

Nessa ação, mediante a aplicação da Escala de Braden, verificou-se que esses indivíduos em risco apresentavam determinantes clínicos de exposição para intensa e prolongada pressão no tocante a percepção sensorial, atividade, mobilidade e fricção e cisalhamento, já que 37% dos pacientes tinham nenhuma limitação quanto à percepção sensorial; 82% estavam acamados; 37 % estavam com limitação da mobilidade; e 51% possuem problema no risco de fricção e/ou cisalhamento, pois necessita de assistência moderada a máxima para se mover.

Um estudo que relacionou a Escala de Braden com o surgimento da LP evidenciou que dentre os 48 pacientes que possuíam imobilidade física, 21 desenvolveram as LP, sendo que em alguns pacientes foi apresentada mais de uma lesão, totalizando 40 LPs (SOARES; MACHADO; BEZERRA, 2015).

Para Ascari et al. (2014) dentre os fatores predisponentes para LP prevalece a dependência por terceiros para realizar as necessidades diárias. O desenvolvimento da LP está diretamente relacionado à duração da imobilidade, perda sensorial ou rebaixamento do nível de consciência. O grupo mais atingido por LPs são os confinados no leito por períodos prolongados. Devido a imobilidade a pressão exercida sobre a pele leva a trombose e necrose tissular gerando a formação da lesão (LEMOS; CUNHA, 2014).

No que se refere a tolerância do tecido à pressão, encontrou-se que 53% estavam com a pele ocasionalmente molhada, lembrando que, de acordo com Moro et al. (2007), a pele exposta a umidade excessiva torna-se mais

susceptível à maceração e ao enfraquecimento de suas camadas superficiais, colaborando para o aparecimento da lesão por pressão. Silva et al. (2011), diz também que o excesso de umidade torna a pele mais suscetível à lesão, e ainda contribui dizendo que o contato direto com urina e fezes gera dermatite local, demandando atenção especial dos profissionais de saúde, fazendo com que as LPs representem um problema para os serviços de saúde.

No estudo de Blanes et al. (2004), foi evidenciado que 32,1% dos pacientes apresentavam incontinência urinária e 78,2% incontinência anal, observando que 46,2% eram classificados como alto risco, caracterizando uma amostra com risco aumentado para o desenvolvimento de LP.

Quanto à nutrição, 57% dos indivíduos estavam com a nutrição comprometida. Para Lemos e Cunha (2014) a nutrição comprometida contribui para o aparecimento das lesões. Além disso, Perrone et al. (2011), acrescenta que a qualidade da cicatrização depende do estado nutricional do indivíduo, lembrando que há alguns nutrientes que auxiliam tanto na prevenção quanto no tratamento da LP, como a proteína, o aminoácido arginina, o zinco e a vitamina C.

Em relação a enfermaria que os indivíduos estavam internados: 35% estavam na enfermaria de clínica médica; 29% na enfermaria mista; 22% na enfermaria de neurologia; 10% no pronto-socorro; 4% na enfermaria clínica cirúrgica. Assim, encontrou-se que o risco de desenvolver a lesão por pressão é predominante em sujeitos acamados e internados na enfermaria de clínica médica.

Segundo Moro et al. (2007), as lesões por pressão representam uma das principais complicações que acometem pacientes críticos hospitalizados. Em seu estudo foram analisadas todas as unidades de internação e de atendimento emergencial, obtendo igual prevalência de pacientes acometidos na clínica médica e UTI. A clínica cirúrgica apresentou 17% dos

casos encontrados no hospital.

Diante desses resultados entende-se que os profissionais de saúde devem estar preparados para atender os indivíduos hospitalizados que apresentam alto risco para o surgimento das lesões. Sabe-se que há diversos fatores que dificultam um melhor atendimento a esses pacientes, como a falta de uniformização do conhecimento em relação às medidas profiláticas; o número reduzido de funcionários; sobrecarga de trabalho, ausência de mudança de decúbito a cada duas horas, dentre outros. Portanto, cabe aos profissionais de saúde identificar os indivíduos em risco de desenvolver lesão por pressão e elaborar propostas de prevenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebeu-se que o risco de desenvolver a lesão por pressão é predominante em sujeitos acamados e internados na enfermaria de clínica médica. Assim, os resultados da pesquisa são relevantes para a promoção da informação acerca da temática para que gestores e funcionários do hospital levem em consideração o planejamento de suas ações de saúde, acentuando a prevenção e identificação de novas lesões em pacientes acamados, avaliando o paciente e categorizando a lesão por pressão, quando porventura existir.

A vivência desta atividade de extensão, caracterizada como uma ação extensionista de intervenção e educação em saúde, se constituiu em um espaço de ensino-aprendizagem, possibilitando a consolidação do conhecimento teórico no desenvolvimento da prática.

Os graduandos de enfermagem e bolsistas do projeto relatam a importância da atividade de identificação de risco de desenvolver LP em indivíduos hospitalizados com a aplicação da escala de Braden na contribuição para o processo de formação profissional, possibilitando a ampliação do conhecimento na área. Além disso, referem à interação positiva com os pro-

fissionais de saúde da instituição hospitalar onde a ação foi realizada e com os indivíduos hospitalizados na elaboração de estratégias de prevenção no aparecimento das LPs.

Evidencia-se que projeto de extensão Núcleo de Estomaterapia da UESC – NUET pode contribuir na melhoria da qualidade de vida de indivíduos hospitalizados à medida que os mesmos não desenvolvam a LP, oportunizar a integração de enfermeiros assistenciais, docentes e acadêmicos de enfermagem a fim de auxiliá-los na construção do conhecimento, cooperando para o vínculo e responsabilização dos serviços da saúde com a comunidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, V. R. S. et al. Rastreamento populacional de diabetes mellitus tipo 2: relato de experiência extensionista. **Revista Focando a Extensão**, v.4, n. 6, 2016. Disponível em: < <http://periodicos.uesc.br/index.php/extensao/article/view/1439>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

ARAÚJO, C.R.D; LUCENA, S.T.M.; SANTOS, I.B.C.; SOARES, M.J.G.O. A enfermagem e a utilização da Escala de Braden em úlcera por pressão. **Revista de Enfermagem UERJ**, v. 18, n. 3, p. 359-64, 2010. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v18n3/v18n3a04.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

ASCARI, R. A. et al. Úlcera por pressão: um desafio para a enfermagem. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research–BJSCR**, v. 6, n. 1, p. 11-16, 2014. Disponível em: <http://www.mastereditora.com.br/periodico/20140301_132755.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2017.

BARBOSA, T. P.; BECCARIA, L. M.; POLETTI, N. A. A. Avaliação do risco de úlcera por pressão em UTI e assistência preventiva de enfermagem. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 22, n.3, p.353-8, 2014. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v22n3/v22n3a10.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

BLANES, L. et al. Avaliação clínica e epidemiológica das úlceras por pressão em pacientes internados no Hospital São Paulo. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 50, n. 2, p. 182-7, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ramb/v50n2/20781.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

KNIES, S. R. et al. Úlceras por pressão em pacientes cirúrgicos: produção acadêmica. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 8, n. 2, 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ramb/v50n2/20781.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017

- LEMOS, A. C. M.; CUNHA, S. C. O conhecimento da enfermagem e suas práticas em úlceras por pressão: teorias, causas e reflexos financeiros na instituição de saúde. **Revista Rede de Cuidados em Saúde**, v. 8, n. 3, 2014. Disponível em: <<http://seer.unipampa.edu.br/index.php/siepe/article/view/17931>>. Acesso em: 25 jun. 2017.
- MORAES, J. T. et al. Conceito e classificação de lesão por pressão: atualização do national pressure ulcer advisory panel. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, v.6, n.2, p. 2292-2306, 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/1423/1111>>. Acesso em: 27 mar. 2017.
- MORO, A. et al. Avaliação dos pacientes portadores de lesão por pressão internados em hospital geral. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 53, n. 4, p. 300-304, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302007000400013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 mar. 2017.
- PEREIRA, M. do C. C. et al. Pressure injury incidence in a university hospital/Incidência de lesão por pressão em um hospital universitário/Incidencia de lesion por presión en un hospital universitario. **Revista de Enfermagem da UFPI**, v. 6, n. 1, p. 33-39, 2017. Disponível em: <<http://ojs.ufpi.br/index.php/reufpi/article/view/5771/pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.
- PERRONE, F. et al. Estado nutricional e capacidade funcional na úlcera por pressão em pacientes hospitalizados. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 431-438, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732011000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 jun. 2017.
- QUIRINO, D. E. S. et al. Fatores de risco para o desenvolvimento de úlcera por pressão em unidade de internação clínica. **Revista Estima**, v. 12, n. 4, 2014. Disponível em: <<https://revistaestima.com.br/index.php/estima/article/view/99>>. Acesso em: 05 mai. 2017.
- SILVA, D. P. et al. Úlcera por pressão: avaliação de fatores de risco em pacientes internados em um hospital universitário. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 13, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=621764&indexSearch=ID>>. Acesso em: 3 jun. 2017.
- SOARES, P. O.; MACHADO, T. M. G.; BEZERRA, S. M. G. Uso da escala de Braden e caracterização das úlceras por pressão em acamados hospitalizados. **Revista de Enfermagem da UFPI**, v. 4, n. 3, p. 18-23, 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.ufpi.br/index.php/reufpi/article/view/3437/pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2017.
- SOUSA, C.A.; SANTOS I.; SILVA L.D. Aplicando recomendações da Escala de Braden e prevenindo úlceras por pressão: evidências do cuidar em enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 59, n. 3, p. 279-84, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672006000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 mar. 2017.
- WADA, A.; TEIXEIRA NETO, N.; FERREIRA, M. C. Úlceras por pressão. **Revista de Medicina**, v. 89, n. 3-4, p. 170-177, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/46293/49949>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

